



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

**A DEFESA CIVIL COMO AGENTE MINIMIZADOR DE DANOS NO
PÓS-DESASTRE NATURAL: O caso de Abaetetuba-Pará**

JEAN CARVALHO CORRÊA

Belém-PA
2015

JEAN CARVALHO CORRÊA

**A DEFESA CIVIL COMO AGENTE MINIMIZADOR DE DANOS NO
PÓS-DESASTRE NATURAL: O CASO DE ABAETETUBA-PARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública – PPGDS, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Segurança Pública.

Área de Concentração: Segurança Pública, Conflitos e Justiça Criminal

Linha de pesquisa: Conflitos, Criminalidade e Tecnologia da Informação

Orientador: Prof. Wilson José Barp, *Dr.*

Belém-PA
2015

CORRÊA, Jean Carvalho.

A Defesa Civil como agente minimizador de danos no pós-desastre natural: O caso de Abaetetuba - Pará / Jean Carvalho Corrêa. – 2015.

91 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

Orientação: Prof. Dr. Wilson José Barp.

1. Defesa Civil; 2. Desastre natural; 3. Subsidência de solo; 4. Áreas de risco; 5. Comunidade.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

**A DEFESA CIVIL COMO AGENTE MINIMIZADOR DE DANOS NO PÓS-
DESASTRE NATURAL: O caso de Abaetetuba - Pará**

JEAN CARVALHO CORRÊA

Esta dissertação foi julgada e aprovada, para obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, no Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, da Universidade Federal do Pará.

Prof. Edson Marcos Leal Soares Ramos, Dr.
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública

Banca Examinadora

Prof. Dr. Wilson José Barp
Universidade Federal do Pará
Orientador

Prof^a. Dr^a. Ana Rosa Baganha Barp
Universidade Federal do Pará
Avaliadora Externa

Prof. Dr. Jaime Luiz Cunha de Souza
Universidade Federal do Pará
Avaliador

Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos
Universidade Federal do Pará
Avaliador

Dedico,

Ao amor de minha família, expresso de todas as formas possíveis, que em tudo me apoiou até hoje.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, Jeová, pela vida e minha família, por dá a mim a disposição em aprender, pelo bom senso e saber ouvir, e pela sabedoria em me fazer dissertar.

Agradeço a minha esposa Kilza Sue Ann Corrêa e ao meu filho Jean Yves Corrêa que não só me apoiaram, mas tiveram a paciência em esperar todo esse tempo. Peço aqui desculpas pelas horas gastas pesquisando, escrevendo, me estressando e me isolando. E pelas horas que fiquei sem brincar com você, Yves. Mesmo você vindo me pedir para brincar ou perguntando se faltava muito ainda, na esperança de me ter ao teu lado nas brincadeiras de infância. E peço desculpa à minha esposa que guerreiramente se esforçou em me dá o bem estar para terminar mais esta missão.

Agradeço aos meus professores da infância. Aos professores do ensino médio. Aos professores do ensino superior. Aos professores do programa de Mestrado em Segurança Pública: Professores Adrilayne dos Reis Araújo, Andréa Bittencourt Pires Chaves, Edson Marcos Leal Soares Ramos, Fernanda Valli Nummer, Jaime Luiz Cunha de Souza, Luís Fernando Cardoso e Cardoso, Silvia dos Santos de Almeida e Wilson José Barp, meu Orientador. Agradeço à professora Ana Alice que ‘maestrinamente’ secretariava o curso.

Agradeço aos meus Comandantes que durante o processo de estudo, me deixaram a vontade para concluir o Mestrado em Segurança Pública.

Agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública e ao convênio firmado com a Secretaria de Estado de Defesa Social e Segurança Pública, que possibilitou aos servidores buscar uma melhor qualificação e hoje ter em seus quadros PESQUISADORES EM SEGURANÇA PÚBLICA. Agradecer em especial ao então Secretário SEGUP, Dr. Luís Fernandes por seu espírito visionário em Segurança Pública.

E por fim, mas tão importante quanto todos acima, aos meus colegas de curso, aos que conseguiram combater o bom combate, e aos que ficaram no caminho, mas que certamente continuarão seu objetivo em outro momento. Agradecer a um amigo que conquistei durante o curso, Maj PM Elson Luiz Brito da Silva, e aos amigos Alberto Cesar Beltrão Pamplona, Bragmar Dias dos Santos, Francisco Celso de Lima Machado, José Dilson Melo de Souza Junior, José Eduardo Rôllo da Silva, Leomar Narzila Maues Pereira, Margarethe de Freitas Correa, Nara Cristina Moura Pessoa Sena, Paulo Eduardo Vaz Bentes, Solange da Silva Ribeiro, Sandro Mendes Leal da Silva, Soliane Fernandes Guimarães e Vicente de Paulo da Conceição Costa.

Agradecer ao meu Orientador que sabiamente me instruiu pelos caminhos que deveria seguir a pesquisa. E, quando necessário me chamava a atenção. E quando necessário me elogiava e incentivava a prosseguir. Mas sempre com disposição à ensinar, instruir e direcionar. Muito obrigado Professor Wilson Barp. E agradecer a Professora Ana Rosa Baganha Barp, do Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil da UFPA, que em muito me ajudou com sua experiência e sapiência.

Quero agradecer, em especial aos técnicos da Defesa Civil do Estado e a Defesa Civil de Abaetetuba, nas pessoas do Capitão BM William Silva e Dalgisa Araújo e Karina Quaresma, respectivamente. Que me acolheram amistosamente e sempre estiveram dispostos a me deixar informado no que eu precisasse.

Nossa, são tantos à agradecer, que me furta a memória. Mas aqui fica aos amigos, colegas, companheiros e a todos que em algum momento se solidarizaram pela vitória deste humilde servo.

Obrigado a todos!

Nossa maior glória não é nunca haver caído, e
sim ter levantado depois de cada queda.
(Confúcio)

RESUMO

CORRÊA, Jean Carvalho. **A Defesa Civil como agente minimizador de danos no pós-desastre natural: O caso de Abaetetuba - Pará.** 91f. Belém, 2015. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) PPGSP/UFPA, 2015.

A pesquisa acompanhou a atividade da defesa civil junto a comunidade do bairro São João (Abaetetuba-PA), que sofrera o colapso do solo com o desmoronamento e o abalo estrutural das residências e pontos comerciais que ficavam à margem do rio Maratauíra, atingindo diretamente mais de 200 pessoas. Além da observação direta do trabalho dos técnicos da Defesa Civil do Estado e do Município, a pesquisa qualitativa utilizou técnicas de entrevista informal. Foram ouvidos dez interlocutores das famílias atingidas pelo colapso do solo. A coleta de dados ocorreu com o acompanhamento desde o seu acontecimento em 04 de janeiro de 2014 até janeiro de 2015. O abalo na comunidade foi severo e os efeitos imateriais foram bem maiores do que os efeitos materiais. Ao final da pesquisa constatou-se que quanto maior a interação entre defesa civil e comunidade no pós-desastres, menores serão os traumas sofridos pelos atingidos. A análise dessa situação pode servir de base para prevenir outros casos semelhantes, visto que, a cada dia, surgem novas áreas de risco em razão do adensamento urbano das cidades.

Palavras-chave: Defesa Civil; Desastre natural; Subsidência de solo; Áreas de risco; Comunidade.

ABSTRACT

CORRÊA, Jean Carvalho. **A Defesa Civil como agente minimizador de danos no pós-desastre natural: O caso de Abaetetuba - Pará.** 91f. Belém, 2015. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) PPGSP/UFPA, 2015.

The study followed the civil defense activity at São João district community (Abaetetuba-PA), which suffered the ground collapse with the collapse and the structural disturbance of residences and commercial locations that were outside the Maratauíra river, directly reaching more 200 people. In addition to the direct observation of the work of technicians from the State Civil Defense and the Municipality, qualitative research used informal interview techniques. They were heard ten partners of the families affected by the collapse of the soil. Data collection took place to the accompaniment since its event on January 4th 2014 until January 2015. The quake in the community was severe and intangible effects were far greater than the material effects. At the end of perquisa it was found that the higher the interaction between civil defense and community in post-disaster can reduce the trauma suffered by achieved. The analysis of the situation can serve as a basis to prevent similar cases, since every day there are new risk areas because of the urban density of cities.

Keywords: Civil Defense; Natural disaster; Subsidence of the soil; Risk areas; Community.

LISTA DE FIGURAS

- DISSERTAÇÃO:

FIGURA 1 Sequência cíclica das fases de gerenciamento de desastres	24
--	----

FIGURA 2 Organograma funcional da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil	28
--	----

- ARTIGO CIENTÍFICO:

FIGURA 1 Localização do município de Abaetetuba.....	39
--	----

FIGURA 2 Local do colapso do solo no bairro São João, Abaetetuba (PA)	40
---	----

FIGURA 3 Moradora observando, atônita, as casas e ruas destruídas	41
---	----

FIGURA 4 Local do colapso do solo, no bairro São João	42
---	----

LISTA DE TABELAS

• DISSERTAÇÃO:

TABELA 1

Faixa etária dos chefes das famílias atingidas pelo desastre natural no município de Abaetetuda(Pará), em 2014 34

TABELA 2

Ocupação dos chefes das famílias atingidas pelo desastre natural no município de Abaetetuda (Pará), em 2014 34

TABELA 3

Número de membros das famílias atingidas pelo desastre natural no município de Abaetetuda(Pará), em 2014 35

• ARTIGO CIENTÍFICO:

TABELA 1

Faixa etária dos chefes das famílias atingidas pelo desastre natural no município de Abaetetuda(Pará), em 2014 48

TABELA 2

Ocupação dos chefes das famílias atingidas pelo desastre natural no município de Abaetetuda (Pará), em 2014 49

TABELA 3

Número de membros das famílias atingidas pelo desastre natural no município de Abaetetuda(Pará), em 2014 49

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACS	Agentes Comunitárias de Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDHL	Confederação Nacional de Municípios/ Programa de Desenvolvimento Humano Local
CEDEC	Coordenadoria Estadual de Defesa Civil
CEPED	Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres
COHAB/PA	Companhia de Habitação do Estado do Pará
COMDEC	Coordenadoria Municipal de Defesa Civil
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais /Serviço Geológico do Brasil
DEMUTRAN	Departamento Municipal de Trânsito
DIRDN	Década Internacional para Redução de Desastres Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NEPED	Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres
ONU	Organização das Nações Unidas
PGSRD	Planejamento e Gestão de Sistemas de Redução de Desastres
PNPDEC	Política Nacional de Proteção e Defesa Civil
SEDEC	Secretaria Nacional de Defesa Civil
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
UFRGS	Universidades Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidades Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS	15
1.1 Introdução	15
1.2 Justificativa	16
1.3 Objetivos	17
1.4 Revisão da Literatura	17
1.4.1 Desastres	17
1.4.2 Risco e Vulnerabilidade	20
1.4.3 Resiliência	22
1.4.4 Entendendo o que é Subsidência e Colapso do solo	25
1.4.5 A Defesa Civil	26
2. Material e Método	30
2.1 Metodologia	30
2.2 Perfil dos Interlocutores	32
 CAPÍTULO 2 – ARTIGO CIENTÍFICO	 36
2.1 Resumo	36
2.2 Introdução	37
2.3 O município de Abaetetuba	38
2.4. O desastre em Abaetetuba	39
2.5. Defesa civil e desastres naturais	43
2.6. Material e Métodos	46
2.7. Perfil dos Interlocutores	47
2.8 A defesa civil no atendimento às famílias atingidas pela subsidência do solo	50
2.9 Considerações Finais	55
2.10 Referências	55
 CAPÍTULO 3 – CONCLUSÃO DO TRABALHO DE PESQUISA	 59
 REFERÊNCIAS	 64
 ANEXOS	 71
 APÊNDICES	 87

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

1. 1 Introdução

Devido ao aumento das ocorrências de desastres naturais no Brasil, faz-se necessários estudos avaliativos sobre a assistência às pessoas afetadas por essas ocorrências, “principalmente para adotar medidas de prevenção, de modo a evitá-los ou a diminuir os impactos causados por eles” (BRASIL, 2014).

Só em 2013, foram registrados quase 500 desastres naturais, que causaram 183 mortes, afetando mais de 18 milhões de pessoas. De acordo com o Anuário brasileiro de desastres naturais, de 2014, a região Norte foi muito afetada pelos desastres hidrológicos, que deixaram mais de 80 mil desabrigados e cerca de 125 mil desalojados. Além do mais, esses desastres naturais causam perdas econômicas significativas, em torno de 66 bilhões de dólares por ano (BENSON; CLAY, 2004). Isto sem falar dos impactos sociais e psicológicos deixados nessas comunidades.

A região Norte, mais precisamente o Estado do Pará devido as suas características climáticas, é muito afetada pelos desastres naturais relacionados a hidrologia, seja pelas chuvas severas, seja as inundações provocadas pelas cheias dos rios.

A Defesa Civil tem a responsabilidade de trabalhar diretamente na prevenção dos desastres naturais, na assistência aos afetados por essas ocorrências, e auxiliar na recuperação das comunidades atingidas pelos desastres. Sendo um instrumento do Estado para proporcionar o bem-estar social por meio da mobilização social ao realizar ações preventivas em áreas de risco. Suas intervenções tem objetivo de proporcionar meios para prevenir desastres naturais e minimizar seus danos. Uma comunidade forte e organizada assimilará melhor as ações propostas pela defesa civil (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2011b).

Este trabalho de pesquisa, portanto, buscou compreender o papel da defesa civil como agente minimizador de danos causados pelo desastre natural (subsistência do solo) e quais os meios utilizados na aplicação da política pública de atendimento às famílias atingidas.

Este estudo foi relevante pelo aprofundamento do tema, deixando o olhar técnico-operacional e visando uma ação mais humana. Muito mais que a coleta de dados sobre famílias afetadas, sobre a distribuição de cestas básicas ou sobre o tamanho da área a ser interditada. Outras visões sobre o mesmo assunto pode desdobrar soluções que antes não eram observadas, pode trazer soluções simples que antes não tinham sido propostas.

A questão do estudo dos desastres e o atendimento a suas vítimas é tão importante quanto o estudo da violência urbana. Ambos afetam milhares de pessoas de forma social, econômica e psicológica. Sendo assim, a pesquisa foi importante para o aprofundamento do tema da atuação da Defesa Civil no Estado do Pará sugerindo novas observações e acentuando a discussão em uma nova dinâmica analítica.

1.2 Justificativa

No Estado do Pará, devido a sua geografia, inúmeras cidades e povoados surgem e fixam-se às margens de rios e igarapés. Milhões de pessoas vivem nestas cidades e tiram seu sustento dos rios. A Região Norte tem a característica de ser cortada por muitos rios e afluentes, e comunidades ribeirinhas logo se instalam por toda a sua extensão a medida que as casas vão adentrando cada vez mais nos rios. As ocupações desordenadas e a construção de casas de madeiras e palafitas¹ tomam conta das margens (HOLANDA, 2011). Além do mais, estes rios servem de via de escoamento de mercadorias e de transporte.

Com o passar dos anos essas localidades assistem a mudanças no cenário urbanístico, onde antes era uma área de várzea, com casas suspensas de madeiras em terrenos alagadiços, agora novas residências são construídas em alvenaria nos terrenos aterrados de forma precária e improvisadas. Porém, sem o planejamento e o acompanhamento adequado essas localidades ficam suscetíveis a desastres hidrológicos como alagamentos, inundações e colapso do solo. Segundo o Ministério da Integração Nacional, no Anuário Brasileiro de Desastres Naturais: 2013, só em 2012, 4,6 milhões de pessoas foram afetados por inundações e alagamentos na Região Norte (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2014). E a cada dia, novas áreas de risco surgem devido ao adensamento urbano das cidades.

As intempéries vem atingindo cada vez mais forte o território paraense. As mudanças climáticas em consequência da própria ação do homem têm ocasionado desastres naturais como as fortes chuvas que ocasionam enchentes e deslizamentos de encostas, secas nos rios que arruinam comunidades inteiras (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2010).

Neste contexto, no bairro de São João, em Abaetetuba, ocorreu um colapso ou escoamento do solo devido a resistência estrutural do material que compõe o aterro proveniente de uma urbanização precária às margens do rio, em que as casas foram construídas num terreno de várzea aterrado gradativamente pela própria população com restos

¹ Construções elevadas por estacas localizadas em regiões alagadiças e de várzea.

de construção, caroços de açaí, argila e lixo domiciliar; e pela variedade de materiais que faziam parte da composição desse aterro, contribuiu para a sua fragilidade, além de não levar em consideração o que seria construído no local (CEDEC, 2014b).

1.3 Objetivos

A Defesa Civil tem como função o planejamento e a execução de ações preventivas de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer sua normalidade social de forma reabilitadora e reconstrutiva. (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2007).

A defesa civil possui uma estrutura macro para atender aos riscos de desastres naturais, contudo, o maior desafio da Instituição para cumprir seus objetivos situa-se na interação entre comunidade situadas nestes locais propícios aos riscos e os procedimentos operacionais² adotados para atendê-la, a fim de minimizar os efeitos destes desastres.

Neste sentido, buscou-se analisar a atuação da Defesa Civil no pós-desastre ocorrido no bairro de São João, em Abaetetuba-PA, nos moldes de um estudo de caso. Analisando o processo de interação junto as famílias atingidas e analisando as ações tomadas para minimizar os danos materiais como a perda da moradia pelas pessoas que ficaram desabrigadas ou desalojadas.

1.4 Revisão da Literatura

A análise da atuação da defesa civil junto às comunidades que foram atingidas por desastre natural é importante, pois pode servir de base para outros casos semelhantes que possam acontecer em outros locais, tendo em vista que o Estado do Pará é suscetível a colapsos de solo devido às características geográficas, meteorológicas e seu adensamento urbano.

Contudo, para se continuar com a discussão, é necessário conceituar alguns tópicos, como desastres, risco e vulnerabilidade, mitigação e resiliência.

1.4.1 Desastres

A perspectiva sobre o que é desastre ainda gera divergências para uma definição e classificação aceitável internacionalmente, os especialistas discutem sobre os critérios e

² Procedimentos operacionais são as ações tomadas pela defesa civil para lidar com os desastres naturais, desde a prevenção (educação ambiental, monitoramento das áreas de risco e cadastramento das famílias) até a reconstrução (pós-desastre, com encaminhamento dos desabrigados para locais seguros, socorrer e assistir os atingidos, reabilitar e recuperar áreas deterioradas pelos desastres).

métodos a serem utilizados nas análises (PERRY, 2005; OLIVEIRA, 2009). Este problema conceitual dificulta na hora de deliberar ações de prevenção. Conforme questiona Valencio (2010) em que indaga, como se pode reduzir ou atender uma situação se não se sabe defini-la? A Coordenadoria Estadual de Defesa Civil adota a definição do Sistema Nacional de Defesa Civil, em que “desastre é o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais³” (BRASIL, 2010).

Contudo, Brüggeman (2009), explica que a palavra desastre vem do latim com o prefixo “dis” que relaciona-se com “distância”, e “astre” que refere-se a astro. “Literalmente, significa “astro distante”. Quando acontece algum infortúnio, muitos dizem que sua estrela da sorte o abandonou, está distante. Talvez seja esta a alegoria que os latinos estabeleceram quando cunharam a expressão”. Assim o autor tenta encontrar uma possível origem de como surgiu a palavra ‘desastre’.

Mas, apesar desta referência de que os desastres podem ser fenômenos distantes e que não acontecem conosco, como um ‘astro distante’, no entanto, os desastres estão muito próximos de nosso cotidiano. Desde um acidente doméstico a um grande terremoto, o que diferencia são suas proporções, causas e danos. Apesar de haver uma divergência internacional sobre alguns conceitos, a Secretaria Nacional de Defesa Civil classifica os desastres “quanto à evolução, quanto à intensidade e quanto à origem”. Oliveira (2009, p. 11) classifica e faz a caracterização dos desastres em:

Desastres naturais, que se caracterizam por serem provocados por fenômenos e desequilíbrios da própria natureza e produzidos por fatores de origem externa que atuam independentemente da ação humana; desastres humanos, que se caracterizam por serem provocados por ações ou omissões humanas; e desastres mistos, que se caracterizam por ocorrerem quando as ações ou omissões humanas contribuem para intensificar, complicar e/ou agravar desastres naturais.

Portanto, de forma conceitual Saito (2008) define os desastres naturais como resultado do impacto de um fenômeno natural extremo ou intenso sobre um sistema social, e que causa sérios danos e prejuízos que excedam a capacidade dos afetados em conviver com o impacto.

Por conseguinte, para o *Reducing disaster risk: a challenge for development* (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) desastre natural é a ruptura grave provocada por um perigo natural ocasionando perdas humanas, materiais, econômicas ou ambientais, muito acima da capacidade dos afetados em lidar com o perigo (UNITED

³ Definição expressa no Decreto nº 7.257/2010 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC).

NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2004), e estão cada vez mais relacionados à ação do homem e sua urbanização desordenada. Santos (2007) afirma que as maiores causas dos desastres são pela interferência humana:

a começar pela poluição dos recursos hídricos, a degradação dos mananciais, o uso humano desmedido de água, a retirada da mata ciliar ao longo dos rios, a total impermeabilização do solo, a canalização e a retificação dos cursos fluviais, provocando a ampla artificialização da drenagem em área urbana (SANTOS 2007, p. 34).

Um desastre, como afirma Guivant (1998), tem significados e percepções que variam entre indivíduos e grupos, sejam estas psicossociais, materiais ou temporais, e influenciam no processo de reabilitação e reconstrução. Entender essas percepções de desastres, e da própria situação de risco, pelas comunidades pode ser um facilitador para a interação entre Defesa Civil e comunidade.

Para Valencio (2010, p. 749) há três dificuldades em definir desastres, a primeira é que enquanto um grupo de pesquisadores afirmam que os desastres são acontecimentos físicos, outro grupo o veem como um acontecimento social; a segunda dificuldade é a aplicação de juízo de valores e subjetividade na definição de desastres; a terceira dificuldade diz respeito a crescente complexidade dos eventos, nunca com características isoladas, pois mesclam os danos físicos com os danos sociais. Para a autora, cada abordagem pode definir rumos divergentes para as pesquisas científicas com a finalidade de reduzir ou mitigar os desastres.

Desta forma, o desastre é um fenômeno de constatação pública da ineficiência demonstrada pelo Estado em impedir ou minimizar os danos e prejuízos causados pelo impacto de fenômenos não só naturais, mas sociais. “Desastres não destroem por completo os sistemas sociais existentes, mas são capazes de manter contínuos processos de indiferença social” (VALENCIO, 2010, p. 748). Portanto, saber definir o que é desastre é a primeira porta para adentrar nestas questões. Deve-se fazer, então, uma correlação de conceitos (técnicos e sociológicos), a fim de uma melhor aplicação conceitual de desastre. Instigando todos os aspectos que o envolve.

A corrente sociológica utilizada nesta pesquisa baseia-se em autores como Quarentelli e Perry (1998; 2005), Valencio (2010), Alexander (2011) e Cutter (2011), pois discutem o atendimento frente aos desastres e tratam dos contextos multiculturais reiterando a desconsideração dos órgãos de emergência para com as minorias étnicas e grupos vulneráveis. Estes autores falam da linguagem que os órgãos de assistência utilizam para comunicar ou orientar as comunidades sobre os riscos de desastres. Esta linguagem não corresponde, nem se

aproxima da utilizada pelos grupos atingidos, o que pode tornar-se uma barreira para a aceitação das estratégias de atendimento impostas pelos órgãos emergencistas.

Valencio e Marchezini (2011) tratam os desastres como uma causa social, por causa dos efeitos nocivos que deixam nas comunidades atingidas, e vê como um grave problema social. Outra questão levantada pela autora é a ineficiência do Estado em tratar deste assunto, devido a preocupação técnica das instituições governamentais em lidar com os desastres, e muitas vezes, imputando a responsabilidade desses acontecimentos aos próprios afetados.

Valencio et. al. (2005, p. 165) ao abordarem os efeitos das chuvas nas comunidades mostram que “quanto mais vulnerável a situação social do grupo, [...] menos o conhecimento perito é acessado por parecer algo distante, de difícil aplicação, claramente insuficiente, inútil e dispensável”. Com isso o processo de interação pode ficar fragilizado e a aplicação de medidas emergenciais comprometidas.

Enfrentar os desastres ocasionados pelas chuvas não é apenas uma questão de diversidade dos mecanismos de identificação da ameaça ou de aferição da vulnerabilidade, mas envolve centralmente o entendimento das formas de interpretar as chuvas como um risco que entrecorta diversas conotações do problema (VALENCIO et al. 2005, p. 165).

Para esta pesquisa utilizou-se a definição adotada pelo Sistema Nacional de Defesa Civil, em que “desastre é o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais⁴” (BRASIL, 2010). Há, contudo, outros conceitos imbricados aos desastres naturais que devem ser comentados, como se verá a seguir.

1.4.2 Risco e Vulnerabilidade

O risco está intrinsecamente relacionado à vulnerabilidade. Quando fala-se de risco de desastre há de se levar em conta a “estimativa da probabilidade e magnitude de danos e prejuízos em um cenário, resultantes da interação entre uma ameaça (perigo) ou evento, e as características de vulnerabilidade ou capacidade que este cenário possui” (OLIVEIRA, 2009, p. 12). Portanto, para uma situação de risco de desastre natural deve-se considerar sua ameaça ou possibilidade deste acontecer, juntamente com seus prejuízos e danos considerando a vulnerabilidade do local, pois quanto maior a vulnerabilidade, maior o risco e a ameaça.

Risco de desastres pode ser representado como um fato contínuo, em um extremo, o risco de perigos diários (tais como fontes de água contaminada, falta de saneamento, incêndios domésticos e de trabalho perigoso e estilo de

⁴ Definição expressa no Decreto nº 7.257/2010 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC).

vida) para, no outro extremo, o risco associado ao infrequente eventos catastróficos perigos, tais como grandes terremotos ou ciclones que assolam os países e regiões inteiras. Entre estes dois extremos encontram-se os riscos associados com que ocorrem com frequência, eventos em pequena escala (tais como deslizamentos de terra nas periferias, inundações e deslizamentos de terras) e eventos sazonais de médio porte. (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2004, p. 33, tradução nossa).

Risco é a probabilidade de ocorrer consequências danosas ou perdas esperadas (mortos, feridos, edificações destruídas e danificadas, etc.), como resultado de interações entre um perigo natural e as condições de vulnerabilidade local (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2004, 34).

A Secretaria Nacional de Defesa Civil, por meio da Codificação Brasileira de Desastres (Cobrade), classifica os riscos em: a) NATURAIS (Físicos: atmosféricos, geológicos e hidrológicos; e Biológicos: associados à fauna e à flora); b) SOCIAIS (roubos a transeuntes, residências e veículos; guerras, terrorismo; e c) TECNOLÓGICOS (derrames de produtos tóxicos, acidentes rodoviários e ferroviários; quedas de aviões). Esta definição de risco, de forma didática, auxilia nas elaborações de planos para contingenciar possíveis desastres em uma localidade.

Contudo, a percepção do risco pelas pessoas da localidade está diretamente relacionada ao quanto se conhece dele. Willis et al. (2011) afirmam que a percepção do risco pela maioria das pessoas advém de uma observação subjetiva, pessoal e estrutural, e que o ambiente acaba por moldar a valoração do risco. Da mesma forma Valencio et al. (2010) dizem que cada comunidade pode perceber de forma diferente entre o risco real e o risco percebido. Influências econômicas, sociais e culturais também influenciam na vulnerabilidade de uma comunidade.

A vulnerabilidade a desastres naturais não segue um padrão, pois cada comunidade tem suas características, seja geográfica, econômica ou social. Há de se levar em conta todas as características deste local. Oliveira (2009) ressalta que um evento de grande intensidade pode produzir danos e prejuízos em um determinado lugar e não provocar estragos em outro. “Cada lugar, cada comunidade tem aspectos que fazem com que eles sofram mais ou menos destruição quando são afetados por desastres, além de determinar a sua capacidade de recuperação” (OLIVEIRA, 2009, p. 12).

Tavares et al. (2011, p. 168) relacionam vulnerabilidade a cinco aspectos, o Cenário, as Edificações, a Subsistência, a Segurança e a Sociedade. Em que cada aspecto corresponde a:

- a) CENÁRIO (ambiente físico (clima, vegetação, geologia, uso do solo, topografia, etc.), proteção civil, população e sua distribuição geográfica);
- b) EDIFICAÇÕES (edifícios de habitação, locais de trabalho e áreas de lazer);
- c) SUBSISTÊNCIA (infraestruturas de serviços, abastecimento de água e luz, sistema de esgotos, telecomunicações);
- d) SEGURANÇA (Disponibilidade de instalações, como hospitais, centros de saúde, centros de dia ou lares de idosos, indústrias, estabelecimentos comerciais, explorações agrícolas, quartéis de bombeiros, esquadras de polícia, sistemas de proteção (bacias de retenção de inundações e diques); e
- e) SOCIEDADE (linguagem, etnia, religião, nacionalidade, educação, atividades culturais, comunidade e grupos de apoio, etc).

Birkmann et al. (2011, p.133) sugerem ainda, uma abordagem mais holística sobre a vulnerabilidade aos desastres, a fim de conjugar a capacidade sustentável de resposta da população afetada. Assim sendo, os autores relacionam a vulnerabilidade com três fatores: “a) exposição [a certos perigos], b) suscetibilidade [condição de exposição] e c) capacidade de resposta [capacidade para enfrentar as consequências adversas]”. Os autores afirmam ainda que não há vulnerabilidade se não existir exposição a um determinado tipo de perigo.

Entretanto, “cada fração de território tem uma condição intrínseca que, em interação com o tipo e magnitude do evento que induzimos, resulta numa grandeza de efeitos adversos. A essa condição chamamos de vulnerabilidade” (SANTOS, 2007, p.18).

Um termo que é bastante usado é mitigação, que se refere ao conjunto de medidas que tem por objetivo diminuir e eliminar a vulnerabilidade física, social e econômica, afim de reduzir significativamente as consequências esperadas do desastre (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2004). Cada localidade possui uma característica própria que pode ser mais suscetível aos desastres naturais, dentro da relação risco x vulnerabilidade. Assim sendo, como essa comunidade pode absorver possíveis danos e se recuperar de um desastre denomina-se de resiliência.

1.4.3 Resiliência

“Resiliência é uma expressão que veio da física, e refere-se a propriedade que alguns corpos apresentam de retornar à forma original após terem sido submetidos a uma deformação” (BRÜGGEMAN, 2009, p. 43).

A sociedade, analogamente, pode desenvolver essa capacidade de resistir, absorver e se adaptar às forças que causam os desastres. A resiliência social, como explica Alexander

(2011) implica na reserva de fundos para futuras contingências e também a preparação para resistir a choques futuros, mediante a prudência e a antevisão. O autor afirma ainda que a resiliência das comunidades deve apoiar-se em três pilares, nos “Impactos do perigo; vulnerabilidade da comunidade e Mecanismos de defesa; ou seja o “conhecimento dos cenários e a investigação dos perigos, a proteção das populações locais e o planejamento e a aplicação eficazes dos recursos para prevenção de riscos podem formar comunidades resilientes a desastres naturais”. (ALEXANDER, 2011, p. 11)

Uma comunidade resiliente tem a capacidade de se adaptar a adversidade ou a mudanças bruscas, e consegue mais facilmente se recuperar dos danos causados por um desastre natural. Como conceitua a SEDEC “Uma cidade resiliente é aquela que tem a capacidade de resistir, absorver e se recuperar de forma eficiente dos efeitos de um desastre e de maneira organizada prevenir que vidas e bens sejam perdidos” (BRASIL, 2011)⁵

É neste contexto que a Defesa Civil tem um papel fundamental para a criação de ações resilientes, por meio do planejamento e a execução de ações preventivas de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social de forma reabilitadora e reconstrutiva (BRASIL, 2007).

Levando-se em conta estes conceitos acima, é possível entender as etapas do Sistema de Gestão de Desastres Naturais, que constituem-se de três etapas: antes, durante e depois dos desastres. Conforme esquema proposto por Costa (2012), (Figura 1), a fase que antecede o desastre deve ater-se a identificação do perigo, através da análise de vulnerabilidade e cálculo de risco.

⁵ Em 2011, durante 7ª Semana Nacional de Redução de Desastres, a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC, lançou no Brasil a campanha "Construindo Cidades Resilientes: Minha Cidade está se Preparando". Disponível em <http://www.integracao.gov.br/cidadesresilientes>.

Figura 1. Sequência cíclica das fases de gerenciamento de desastres



Fonte: Costa (2012)

Na fase pré-desastre entra a minimização dos riscos mediante a construção de obras estruturais, assim como o envolvimento da comunidade pela educação ambiental. Durante o desastre, as ações são voltadas ao socorro, avaliação dos prejuízos e a assistência às pessoas atingidas, afim de tirá-las da situação de perigo. Na fase pós-desastre, os trabalhos são voltados para a recuperação e reconstrução do cenário atingido. Nesta etapa, o apoio às vítimas deve ser centrado em ações de minimização dos danos materiais e psicológicos. (TOMINAGA; SANTORO; AMARAL, 2009).

De acordo do Secretaria Nacional de Defesa Civil, a resposta aos desastres deve ser dado o mais rápido possível, seguindo as fases de Socorro, Assistência às populações vitimadas e a Reabilitação do cenário do desastre, subdividido da seguinte forma:

Fase de Socorro: Pré-impacto: intervalo de tempo que ocorre entre o prenúncio e o desencadeamento da Política desastre; Impacto: momento em que o evento adverso atua em sua plenitude máxima; Limitação de Danos: situação imediata ao impacto, na qual os efeitos do evento iniciam o processo de atenuação.

Assistência às Populações Vitimadas: Compreende as atividades: logísticas; assistenciais e de promoção da saúde.

Reabilitação do Cenário do Desastre: Compreende as atividades de: avaliação de danos; vistoria e elaboração de laudos técnicos; desmontagem de estruturas danificadas,

desobstrução e remoção de escombros; sepultamento, limpeza, descontaminação, desinfecção e desinfestação do ambiente; reabilitação dos serviços essenciais; recuperação de unidades habitacionais de baixa renda.

As mudanças climáticas tem aumentado a ocorrência de acontecimentos desastrosos causados por chuvas, inundações, terremotos e secas extremas. Essas ocorrências acontecem em todo o mundo. Os prejuízos materiais e a perda de vidas humanas acompanham o aumento desses desastres. O número de feridos, desabrigados, mortos e desaparecidos em uma enchente provocada pelas chuvas constantes tem tomado os noticiários a cada dia. Em muitos casos, comunidades inteiras são atingidas por estes desastres naturais.

As modificações ocasionadas pela ocupação acelerada e desorganizada nas cidades permitem que, cada vez mais, um número crescente de famílias ocupe áreas impróprias. Esse problema, associado às mudanças na intensidade dos fenômenos naturais que vêm ocorrendo nas últimas décadas, em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, aumenta as situações de perigo (COSTA, 2012, p. 66).

Portanto, para atender os atingidos pelas ocorrências de desastres naturais, o desafio da defesa civil em cumprir com seu papel, situa-se na forma de interação com a comunidade. A instituição deve procurar trabalhar nas comunidades identificadas como áreas de risco criando a consciência de preservação e cuidado com seu meio, diminuindo o distanciamento das pessoas com as ações da defesa civil.

1.4.4 Entendendo o que é Subsidência e Colapso de Solo

Cada solo possui uma propriedade própria de absorção de água e comportamento sobre pressão de construções, ou característica geotécnica, que determina os possíveis recalques, que é o rebaixamento devido ao seu adensamento, ocorrendo a diminuição do volume dos solos sob a aplicação de cargas. Estes recalques tendem a diminuir ou estabilizar com o passar do tempo. Quando este fenômeno ocorre em áreas urbanas podem acontecer fissuras nas edificações que podem comprometê-la severamente, e em grandes quantidades de ocorrências, causa um problema social devido ao número de moradias atingidas e pessoas desabrigadas (TOMINAGA; SANTORO; AMARAL, 2009).

O Estado do Pará, particularmente em áreas próximas aos rios, é suscetível a este tipo de acontecimento devido as características de solo argiloso mole e arenoso, que não apresentam resistência satisfatória para suportar edificações pesadas, além de sofrerem grande

influência pela ação da água, como aconteceu em 2008 na cidade de Cametá⁶, que por causa do período chuvoso e o aumento do nível do rio Tocantins ocorreu a erosão da orla da cidade, desabando o cais de arrimo em frente a cidade, além de prédios públicos. Assim como o que ocorreu neste estudo de caso, na cidade de Abaetetuba.

Tominaga; Santoro e Amaral, (2009) usam a seguinte definição para este fenômeno geológico:

são chamados colapsíveis os solos que, quando submetidos a um determinado tipo de carregamento e umedecidos por infiltração de água da chuva, vazamentos em rede de água e de esgoto ou ascensão do lençol freático sofrem uma espécie de ‘colapso da sua estrutura’, gerando recalques repentinos e de grandes proporções (TOMINAGA; SANTORO; AMARAL, 2009, p. 88)

Algumas ações preventivas podem ser tomadas como a identificação prévia destes solos pelo mapeamento geológico-geotécnico das áreas suscetíveis. A elaboração de cartas de risco e do potencial de colapso e subsidência de solos identificando estas regiões. O acompanhamento técnico do aterramento do solo e das construções em áreas urbanas, podem minimizar os riscos (TOMINAGA; SANTORO; AMARAL, 2009).

1.4.5 A Defesa Civil

O Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) tem como objetivo o planejamento, a articulação e a coordenação das ações de defesa civil no Brasil, definindo-a como “conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos para a população e restabelecer a normalidade social” (BRASIL, 2010).

O histórico da defesa civil no mundo inicia-se na Inglaterra, após um ataque de bombas, entre 1940 e 1941, na Segunda Guerra Mundial. Estes ataques mataram milhares de pessoas e destruíram os principais centros industriais e cidades inglesas. Com isso, foi criada a *Civil Defense* como forma de minimizar os efeitos destes ataques auxiliando as pessoas de forma estruturada com estratégias de proteção e segurança.

O Brasil segue o exemplo inglês, e em 1942 foi criado o Serviço de Defesa Passiva Antiaérea com moldes na segurança da população contra ataques estrangeiros. Em 1943 este serviço passa a denominar-se Serviço de Defesa Civil, com a função de auxiliar as populações em grandes desastres, sendo expandido para todos os Estados em 1946.

⁶ Conforme Decreto municipal de Cametá nº. 016, de 31 de março de 2008, em que declara Situação de Emergência.

A estrutura atual da Defesa Civil foi formatada a partir de 1988 com a organização do Sistema Nacional de Defesa Civil⁷. Em 1990 a Assembleia Geral da ONU estabelece o início da Década Internacional para Redução de Desastres Naturais (DIRDN), objetivando a redução de mortes nos desastres naturais e calamidades de origem natural, como terremotos, inundações, tsunamis e secas, dentre outras.

A CEDEC passou por processos de reestruturação desde a sua implantação em 1978, quando fazia parte da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Em 1990 a defesa civil passou a ser coordenada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Pará, que passou a coordenar, executar e planejar as ações de defesa civil no Estado, auxiliando a criação das coordenadorias municipais, na redução de riscos de desastres naturais. A Defesa Civil também tem como função o monitoramento e a emissão de boletins diários e estatísticos para o alerta de cheias dos rios e estiagens de longos períodos, com o intuito de minimizar os efeitos desses fenômenos naturais e possíveis desastres hidrológicos.

A Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC) está localizada no quartel do Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Pará, e tem como Coordenador Adjunto um tenente-coronel do corpo de bombeiros. A CEDEC tem em seu quadro funcional cerca de quarenta pessoas, entre bombeiros militares e Técnicos civis, divididos em seus departamentos: GRSI, Sala de Situação e Carga, Divisão de Administração e Finanças, Divisão de Coordenação e Operações e Chefe de Divisão de Apoio Comunitário (Figura 2).

⁷ O Decreto nº 97.274, de 16 de dezembro de 1988 organiza o Sistema Nacional de Defesa Civil como instituição estratégica para a redução de riscos de desastres.

Figura 2: Organograma funcional da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil



Fonte: CEDEC, 2014

Sua principal função é o planejamento e a execução de ações preventivas de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social de forma reabilitadora e reconstrutiva (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2007).

A defesa civil no Estado do Pará segue as diretrizes da Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), mas muito ainda deve ser feito. A interseção entre defesa civil e comunidade deve ser estreitada e estudada pelo viés sociológico, pois os acontecimentos relacionados à desastres naturais vem aumentando, a adaptação deve ser constante e a auto avaliação é primordial. A defesa civil municipal, por está mais próxima da comunidade, é o elo entre estes dois personagens, auxiliando na interação Estado e município, e quando ocorre de forma correta e sem entraves burocráticos minimizam os danos diretos e indiretos.

No caso em estudo, ocorrido no município de Abaetetuba, no estado do Pará, as ações tomadas pela Defesa Civil desde as primeiras horas, até o acompanhamento das famílias, foram fundamentais para a minimização dos danos materiais.

A Defesa Civil Paraense atua constantemente em cidades que sofrem com as enchentes, como Marabá, Altamira e Tucuruí e estão no topo da lista das mais afetados por este fenômeno meteorológico. Há também o caso da seca dos rios Amazonas e Tapajós e suas afluentes, atingindo cidades como Santarém, Itaituba, Almeirim, e outras comunidades

ribeirinhas que tem os rios como sua principal rota de tráfego (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2011b). Não obstante, dos 144 municípios do Pará, apenas 36 possuem a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC), com atuações específicas em suas localidades, devido a frequência de acontecimentos como enchentes, secas ou incêndios florestais. As defesas civis municipais são um suporte seguro e rápido à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil em caso de desastres naturais.

Estes atendimentos geram relatórios de danos que são enviados para Secretaria Nacional de Defesa Civil e encaminhados ao Ministério da Integração Nacional, para a disponibilização e envio de recursos para os municípios atingidos. Estes relatórios são utilizados nos estudos e análise dos danos, situações de risco, número de pessoas/famílias atingidas. Estes estudos técnicos mapeiam as áreas de risco a fim de planejar e executar estratégias de atendimento da defesa civil nestes locais.

No município de Abaetetuba, a defesa civil somente entrou em funcionamento com a ocorrência no bairro São João, apesar de está prevista na administração municipal. Contudo, somente após a ocorrência do colapso do solo, foi que o poder executivo verificou a necessidade de nomear uma pessoa experiente para coordenar as ações de assistência no local, juntamente com a Assistência Social. Com isso, uma servidora da Secretaria de Obras foi nomeada para o cargo; dias depois foi nomeada outra servidora, esta da Secretaria de Educação do município. Ambas coordenam a defesa civil em Abaetetuba.

A COMDEC coordenou os trabalhos mais próximos das famílias, desde o cadastro no abrigo provisório (ginásio Hildo Carvalho), até a decretação da Situação de Emergência^{8,9}. Este trabalho, no entanto, seguiu em conjunto com as Secretarias municipais de Assistência Social, de Obras e de Saúde; além do Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e militares do Tiro de Guerra do exército. Bem como, de inúmeros voluntários dispostos a ajudar.

O incentivo para a participação popular no processo decisório criando o capital social aumenta as chances de minimização dos danos causados por um desastre. A participação da sociedade fortalece e agiliza a reconstrução dos estragos deixados pelos desastres. Segundo Putman (1993 apud ABRAMOVAY; PINHEIRO 2003, p. 4) O capital social pode ser entendido como um tipo particular de recurso que está disponível em indivíduos ou organizações que facilita a realização de ações coletivas.

⁸ De acordo com o Decreto Federal 7.257/2010, Situação de Emergência, é uma Situação anormal, decretada em razão de desastre, que embora não excedendo a capacidade inicial de resposta do município ou do estado atingido, requer auxílio complementar do estado ou da União para as ações de socorro e de recuperação.

⁹ A Situação de Emergência foi declarada pelo decreto municipal nº 206/2014, de 06 de janeiro de 2014.

Os componentes do capital social incluem (1) o contexto onde se operam as obrigações, expectativas e confiança entre os atores, (2) a qualidade aos canais de informações disponíveis e (3) a existência de normas e sanções que visem disciplinar as relações entre os atores. Apesar de não serem as únicas fontes, as redes de engajamento públicas, como: associações comunitárias, clubes de esporte, associações culturais e outros tipos de organizações voluntárias ou não; são geralmente caracterizadas como importantes locais para a geração de capital social. Diferentemente do capital físico ou humano, o capital social não é de propriedade de indivíduos ou instituições. Surge das relações entre atores e serve para facilitar as atividades de cooperação entre eles (PUTMAN, 1993 *apud* ABRAMOVAY; PINHEIRO 2003, p. 4).

A defesa civil deve insentivar a participação de grupos sociais como igrejas, escolas, centros comunitários de bairros, organizações não-governamentais, nesse processo de planejamento e execução de ações no atendimento às comunidade. Esta mobilização deve ser almejada desde a criação do plano de ação de proteção e defesa civil. Como sugere Duarte (2010, p. 56) “a realização de um trabalho conjunto entre governo e comunidade, uma vez que a união de esforços resultará em ações positivas, as quais contribuirão para a prevenção e minimização dos riscos de eventos adversos”.

2. Material e Método

O interesse pela temática surgiu durante as aulas de Metodologia da Pesquisa, em que discutia-se os diversos temas em segurança pública. O trabalho bombeiro militar direcionou o olhar para o tema em defesa civil. Diante disso, foi-se construindo a ideia e as possíveis pesquisas em que pudesse dissertar. Então, verificou-se o debate sobre as mudanças climáticas, desastres naturais e o trabalho da defesa civil no Brasil, devido aos acontecimentos em Santa Catarina, Rio de Janeiro e no próprio Pará, desencadeados pelas enchentes, desabamentos e secas. Com isso, decidiu-se seguir com esta temática.

2.1 Metodologia

A pesquisa seguiu os moldes de um estudo de caso, adotando-se a estratégia de examinar mediante a observação direta dos acontecimentos, os sujeitos envolvidos escolhidos para a análise (YIN, 2005). Este estudo de caso exploratório observou a atuação da defesa civil no atendimento das famílias atingidas pelo recalque do solo.

Esta pesquisa apoiou-se nos documentos oficiais das Coordenadorias de Defesa Civil (Estadual e Municipal), como o boletim e o relatório oficial da ocorrência, entrevistas com os

técnicos que participaram do atendimento das vítimas, bem como a observação participante do atendimento às famílias atingidas pela subsidência do solo.

Durante o estudo realizou-se entrevistas diretas com um técnico da defesa civil estadual e 02 (duas) Técnicas da defesa civil municipal, selecionados por terem um papel direto no atendimento das famílias atingidas, auxiliando nas primeiras respostas para a comunidade local, e por conhecerem melhor as necessidades da comunidade atingida. Ainda mais, por terem em mãos um acervo documental necessário para a realização da pesquisa.

A pesquisa de campo estendeu-se às famílias que tiveram seus imóveis interditados por causa do colapso do solo. Sendo que 51 (cinquenta e uma) famílias registradas pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, 33 (trinta e três) foram indenizadas após avaliação pela Prefeitura, e 18 (dezoito) famílias não aceitaram a avaliação por discordarem do valor ofertado às suas residências, não sendo indenizadas e esperando a decisão judicial. Para tanto, foram selecionadas aleatoriamente 05 (cinco) famílias indenizadas, e 05 (cinco) famílias não indenizadas. Aproveitou-se o dia da entrega de cestas básicas para as famílias cadastradas, e coincidentemente o dia para assinarem o contrato de Aluguel Social.

A seleção ocorreu durante a chegada de cada responsável familiar, cadastrado na defesa civil de Abaetetuba, na manhã do dia 13 de agosto de 2014. Neste momento recebiam a explicação sobre o motivo da pesquisa e a forma de entrevista. Contudo, nem todos que foram abordados aceitaram participar da entrevista; mesmo assim, falaram de forma informal sobre o desastre sofrido pela família.

Martins (2008) expõe, entretanto, a necessidade de solicitar a permissão para os sujeitos da pesquisa para o uso de suas falas, e diz que “o papel do pesquisador deve ser claro para aqueles que lhe prestam informações, não podendo ser confundidos com elementos que inspecionam, avaliam ou supervisionam a atividade” (MARTINS, 2008, p. 10). Para tanto, foi usado uma carta de intenção aos sujeitos da pesquisa informando o teor da pesquisa com questões orientadoras para a discussão e defesa ao longo do trabalho de construção da teoria, deixando claro o recorte a ser pesquisado.

O objetivo das entrevistas foi apurar o olhar do pesquisador quanto ao atendimento recebido por estas famílias pela defesa civil, assim como, acompanhar o processo de soluções para os problemas surgidos durante o tempo da pesquisa. Foi interessante notar como cada família interpretava o fenômeno da subsidência do solo e as consequentes perdas de suas moradias, da identidade de comunidade e vizinhança, da esperança de dias melhores.

Um levantamento bibliográfico sobre o tema mediante textos, dissertações, teses em periódicos e livros que tratam do tema de forma direta e indireta foi necessário. Esta

metodologia consistindo na leitura de materiais já elaborados em livros e artigos científicos (GIL, 2007). A pesquisa bibliográfica estendeu-se aos sítios das instituições governamentais que realizam pesquisas sobre desastres naturais, sociedade de risco e defesa civil assim como em núcleos de pesquisa acadêmica de instituições de ensino reconhecidas pela CAPES¹⁰.

Na tentativa de fazer uma abordagem sociológica do tema, utilizou-se a pesquisa qualitativa, escolhida por sua característica de não estar presa a métodos matemáticos e estatísticos, como ocorre em pesquisas quantitativas. Mas houve uma preocupação com a análise detalhada de comportamentos, hábitos e atitudes (MARCONI; LAKATOS, 2004). Segundo Marconi e Lakatos (2004), a pesquisa qualitativa realiza inicialmente a coleta de dados para assim criar uma teoria base com um conjunto de conceitos, princípios e significados. Assim sendo, procurou-se uma apuração mais indutiva, com uma interpretação pormenorizada dos dados pesquisados, que segundo Yin (2005) consiste em examinar, categorizar, classificar em tabelas, testar ou, do contrário, recombinar as evidências quantitativas e qualitativas para tratar as proposições iniciais de um estudo.

Martins (2008) adverte para a necessidade de se criar um protocolo a ser seguido para o acompanhamento do estudo de caso, facilitando assim o cumprimento das metas estabelecidas para a pesquisa, além de corroborar a cientificidade da pesquisa.

O protocolo se constitui em um conjunto de códigos, menções e procedimentos suficientes para se replicar o estudo, ou aplicá-lo em outro caso que mantém características semelhantes ao Estudo de Caso original. Isso garante uma semelhança científica com planejamento e execução que garantiram resultados que de fato possibilitaram explicações sobre a realidade investigada (MARTINS, 2008, p. 9).

2.2 Perfil dos Interlocutores

Os interlocutores desta pesquisa foram selecionados de acordo com a proposta e a necessidade da busca de informações para formatar os dados necessários. Portanto, na Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC) procurou-se entrevistar o técnico responsável pelas operações durante a ocorrência em Abaetetuba. O Oficial bombeiro militar foi entrevistado na própria sede da defesa civil estadual, no Comando Geral do Corpo de Bombeiros em Belém. O técnico coordenador operacional esteve presente nas ações da CEDEC desde o início do seu acionamento pela prefeitura de Abaetetuba, até os primeiros meses após o desastre, auxiliando as técnicas da COMDEC, assim como a Prefeita do município sobre as medidas de emergências a serem tomadas.

¹⁰ CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior é uma agência de fomento à pesquisa brasileira que atua na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados do país.

Outros técnicos da defesa civil estadual, que participaram da ocorrência, também foram ouvidos informalmente, a fim de conhecer o comportamento, pensamento e suas próprias avaliações sobre o incidente de Abaetetuba. Suas falas aparecem durante o texto de forma indireta, confirmando algumas citações de autores como Guivant (1998), Santos (2007), Valencio (2010), Tavares, Mendes e Basto (2011).

Na defesa civil municipal, em Abaetetuba, foram entrevistadas as duas Técnicas que desenvolvem o trabalho da COMDEC. O primeiro contato aconteceu por meio de trocas de e-mails e contatos telefônicos, provenientes da indicação da CEDEC.

As entrevistas aconteceram na sede da COMDEC, que estava provisoriamente no quartel do Tiro de Guerra do Exército. Mas o acompanhamento foi feito nas reuniões na sede dos Conselhos Municipais de Abaetetuba¹¹, assim como durante uma reunião com a Secretária de Assistência Social do município.

As técnicas são servidoras municipais remanejadas de suas funções e designadas para coordenar e estruturar a defesa civil, cuidar do cadastro das famílias desalojadas e desabrigadas, e, juntamente com a Secretaria de Assistência Social alojar as famílias em local seguro (inicialmente no ginásio de esportes), bem como receber as doações destinadas às famílias, e distribuir as cestas básicas.

Os entrevistados da defesa civil municipais foram escolhidos por gerenciar as comunidades dessa área e por conhecerem as necessidades da comunidade atingida. A pesquisa se estendeu a 10 (dez) famílias selecionadas aleatoriamente dentro das 51 (cinquenta e uma) atingidas diretamente pela subsidência do solo e que tiveram de sair de suas casas por causa de sua interdição. Foram divididas em dois grupos de cinco, às que aceitaram a indenização de suas moradias, e as que não aceitaram a indenização pela prefeitura.

As informações sobre as famílias atingidas foram obtidas durante as entrevistas, na qual serão discutidas a seguir. Um dado referentes às famílias entrevistadas pode ser vista nas Tabelas 1, sobre a faixa etária dos membros responsáveis pela família. O perfil dos responsáveis familiar pode ser inquerido como pessoas bem maduras, acima dos 40 anos de idade e exercendo uma atividade informal (sem carteira assinada).

¹¹ Essa reuniões tem lugar mensalmente, coontando com a participação de todos os conselhos representativos do município (saúde, educação, bairros, assistência social, defesa civil, bombeiros, polícia militar, dentre outros). O objetivo é tratar de assuntos e ações de interesse da população.

Tabela 1 – Faixa etária dos chefes das famílias atingidas pelo desastre natural no município de Abaetetuda(Pará), em 2014

Faixa etária	Quantidade
22 a 39 anos	2
40 a 59 anos	6
60 a 80 anos	2

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Da análise da Tabela 1, infere-se que 80% dos responsáveis familiares cadastrados na COMDEC, tinham acima de 40 anos, 60% estando entre 40 e 59 anos. Os chefes de família ainda estavam na idade ativa e tinham uma ocupação, logo eram pessoas experientes. (Tabela 2).

Tabela 2 – Ocupação dos chefes das famílias atingidas pelo desastre natural no município de Abaetetuda(Pará), em 2014

Ocupação	Quantidade
Vendedor Autônomo	3
Vendedor empregado	1
Mototaxista	1
Aposentado	2
Pescador	2
Não trabalhava	1

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Pode-se notar que a atividade informal (sem carteira assinada) era a maior fonte de renda (Tabela 2), contudo, complementada com o recebido do Programa Assistencial Bolsa Família¹². É interessante notar que apenas um entrevistado trabalhava com carteira assinada, enquanto que a maioria (60%) trabalhava informalmente. Esse número está acima da média nacional: 40% de trabalhadores brasileiros estão no mercado informal, e 71% dos quais tem mais de 35 anos (LEITE, 2014).

Das famílias entrevistadas 80% tinham de 1 a 6 pessoas morando na mesma casa (Tabela 3). Levando-se em conta que o colapso do solo aconteceu por volta das 8 horas do

¹² O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77,00 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. Disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>.

sábado, e que a maioria estava em casa, o desastre poderia ter tomado proporções inimagináveis. Contudo, houve apenas danos materiais, sem óbitos.

Tabela 3– Número de membros das famílias atingidas pelo desastre natural no município de Abaetetuda(Pará), em 2014

Número de membros	Quantidade
1 a 3	4
4 a 6	4
7 a 8	1
9 a 10	1

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Um dado observado ainda, das 51 (cinquenta e uma) famílias cadastradas, 37 (trinta e sete) tem como “chefe da família” mulheres, ou seja, mais de 70% das famílias são dirigidas por mulheres. Um dado interessante que poderia ser estudado sociologicamente em outro momento. De acordo com uma pesquisa realizada de 2001 a 2009, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), por meio do cruzamento de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2009, a proporção de famílias chefiadas por mulheres no Brasil subiu de aproximadamente 27% para 35% do total¹³.

A seleção dos entrevistados foi feita segundo a ordem de chegada à sede da defesa civil em Abaetetuba. No momento em que falavam com as técnicas da COMDEC a equipe era apresentada; o entrevistador explicava o motivo da pesquisa de campo e perguntava se queriam participar da entrevista. Por isso, cada entrevistado foi identificado no texto com o número de sua chegada (entrevistado de 1 a 10), tendo sido mantido o anonimato.

A maioria dos entrevistados foi muito receptiva e amistosos, contudo, poucos não quiseram falar em entrevista sobre o assunto, mas conversaram informalmente. O mesmo acontecendo no momento de fotografá-los. Notou-se que alguns ficavam constrangidos com a câmera, como no caso de uma senhora ao ser perguntada se ela não gostava de “tirar” fotos, ela respondeu que “*não naquela situação humilhante, de tá dependendo dos outros pra viver (anônima)*”, ficou entendido quão difícil era a situação em que estas famílias estavam passando.

¹³ http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101111_comunicadoipea65.pdf

CAPÍTULO 2: ARTIGO CIENTÍFICO

A DEFESA CIVIL COMO AGENTE MINIMIZADOR DE DANOS NO PÓS-DESASTRE NATURAL: O CASO DE ABAETETUBA-PARÁ

THE CIVIL DEFENSE AS A TORT MINIMIZER AGENT IN A POST-NATURAL DISASTER: THE CASE OF ABAETETUBA-PARÁ

*Jean Carvalho Corrêa*¹⁴

*Wilson José Barp*¹⁵

RESUMO

Este trabalho de pesquisa, realizado no município de Abaetetuba (PA), buscou compreender o papel da Defesa Civil como agente minimizador dos danos causados pelo desastre natural que ocasionou a subsidência e o recalque do solo das margens do rio Maratauíra. Essa situação atingiu diretamente 213 pessoas, que tiveram de abandonar suas casas, ficando à mercê do atendimento do Poder Público. Além da observação direta do trabalho dos técnicos da Defesa Civil do Estado e do Município, a pesquisa qualitativa utilizou técnicas de entrevista informal. Foram ouvidos dez interlocutores das famílias atingidas pelo colapso do solo. Verificou-se que os danos não estruturais foram bem maiores do que os danos materiais. A análise dessa situação pode servir de base para prevenir outros casos semelhantes, visto que, a cada dia, surgem novas áreas de risco em razão do adensamento urbano das cidades.

Palavras-chave: Defesa Civil. Desastre natural. Subsidência de solo. Área de risco. Comunidade.

ABSTRACT

This research, conducted in the city of Abaetetuba (PA), sought to understand the role of Civil Defense as agent minimizing the damage caused by natural disaster that caused the subsidence and soil settlement the banks of the river Maratauíra. This situation directly reached 213 people, who had to leave their homes, at the mercy of the service of the government. In addition to the direct observation of the work of technicians from the State Civil Defense and the Municipality, qualitative research used informal interview techniques. They were heard ten partners of the families affected by the collapse of the soil. It was found that the non-structural damage was far greater than the material damage. The analysis of the situation can serve as a basis to prevent similar cases, since every day there are new risk areas because of the urban density of cities.

Keywords: Civil Defense. Natural disaster. Subsidence of soil. Risk area. Community.

¹⁴ Graduado em Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) pela Universidade da Amazônia (2010), Bombeiro militar. E-mail: jeancorrea.76@hotmail.com.

¹⁵ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1997). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Pará. E-mail: wbarp@uol.com.br.

1 Introdução

A Região Norte tem a característica geográfica de ser cortada por muitos rios e afluentes. Por isso, no Estado do Pará, inúmeras cidades e povoados surgem e fixam-se às margens de rios e igarapés, que servem de via de escoamento de mercadorias e de transporte. Milhões de pessoas vivem nessas cidades e tiram seu sustento dos rios. Mas as comunidades ribeirinhas adentram cada vez mais os rios, cujas margens são tomadas por ocupações desordenadas, com a construção de casas de madeiras e palafitas (HOLANDA, 2011). Além do mais, os rios servem de via de escoamento de mercadorias e de transporte.

Com o passar dos anos, essas localidades assistem a mudanças no cenário urbanístico: onde antes era uma área de várzea, com casas suspensas de madeira em terrenos alagadiços, agora novas residências são construídas em alvenaria nos terrenos aterrados de forma precária e improvisada. Porém, sem o planejamento e o acompanhamento adequado, essas localidades ficam suscetíveis a desastres hidrológicos, como alagamentos, inundações e colapso do solo. Segundo o Ministério da Integração Nacional, só em 2012, 4,6 milhões de pessoas foram afetados por inundações e alagamentos na Região Norte (BRASIL, 2014). E, a cada dia, novas áreas de risco surgem devido ao adensamento urbano das cidades.

As intempéries que atingem a região são cada vez mais fortes. As mudanças climáticas, em consequência da própria ação do homem, têm ocasionado desastres naturais, como as fortes chuvas que, por sua vez, provocam enchentes, deslizamentos de encostas, secas nos rios que arruinam comunidades inteiras (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2010).

Devido ao aumento das ocorrências de desastres naturais no Brasil, fazem-se necessários estudos avaliativos da assistência às pessoas afetadas por essas ocorrências, “principalmente para adotar medidas de prevenção, de modo a evitá-los ou a diminuir os impactos causados por eles” (BRASIL, 2014, p. 45).

Só em 2013, foram registrados quase 500 desastres naturais, que causaram 183 mortes, afetando mais de 18 milhões de pessoas. De acordo com o *Anuário brasileiro de desastres naturais* (BRASIL, 2014), a região Norte foi muito afetada pelos desastres hidrológicos, que deixaram mais de 80 mil desabrigados e cerca de 125 mil desalojados. Além do mais, esses desastres naturais causam perdas econômicas significativas, em torno de 66 bilhões de dólares por ano (BENSON; CLAY, 2004). Isso sem falar dos impactos sociais e psicológicos deixados nessas comunidades.

Nossa região é suscetível a colapso do solo devido a sua característica geográfica e a sua composição. Além do mais, no Estado do Pará, as precipitações meteorológicas causam as cheias dos rios, ocasionando enchentes em várias cidades todos os anos. Mas qual vai ser sua vazão ou o quanto suas comunidades serão atingidas não pode ser quantificado com precisão.

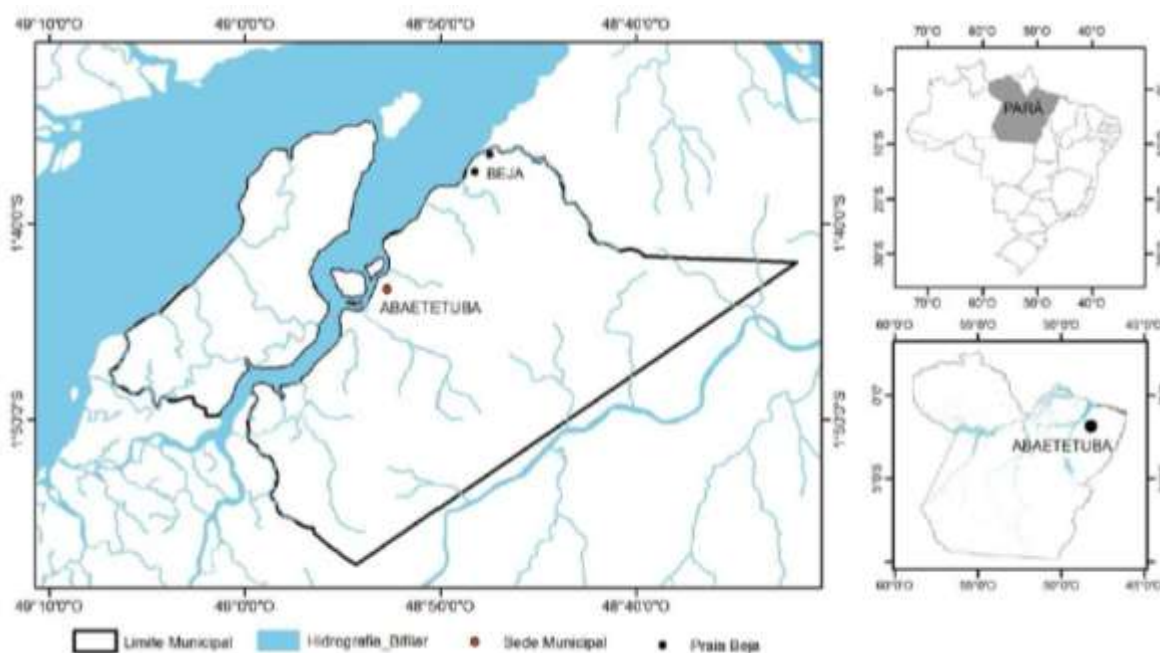
Nesse contexto, no bairro de São João, em Abaetetuba, ocorreu um colapso no aterro devido à urbanização precária às margens do rio: casas foram construídas num terreno de várzea aterrado gradativamente pela própria população com restos de construção, caroços de açaí, argila e lixo domiciliar; e a variedade de materiais que faziam parte da composição desse aterro contribuiu para a sua fragilidade, além de não levar em consideração o que seria construído no local (PARÁ, 2014b).

2 O município de Abaetetuba

Abaetetuba é um município paraense localizado na mesorregião nordeste (Baixo Tocantins) e na microrregião de Cametá, a 101,5 km da capital Belém (Figura 1). Tem uma área geográfica de 1.610,000 km² e uma população aproximada de 150.000 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013). Com isso, Abaetetuba é a sexta maior cidade do Estado do Pará, possuindo 72 ilhas, 35 colônias e 14 bairros em seu território. O município é considerado o quinto maior polo pesqueiro do Estado, destacando-se a produção de camarão (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS, 2013).

O município é limitado ao norte pelo rio Pará e pelo município de Barcarena; a leste, pelo município de Moju; ao sul, pelos municípios de Igarapé-Miri e Moju, Limoeiro de Ajuru e Muaná.

Figura 1 – Localização do município de Abaetetuba.



Fonte: Serviço Geológico do Brasil (COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS, 2014).

Segundo a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) (Serviço Geológico do Brasil), a região caracteriza-se por um período chuvoso de dezembro a abril, sendo os meses de fevereiro e março os mais chuvosos. Abaetetuba possui relevo simplificado, em um contexto geológico caracterizado por sedimentos friáveis e semiconsolidados constituídos por areias argilosas (COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS NATURAIS, 2014).

Abaetetuba ainda é conhecida pela cultura do miriti, que são brinquedos muito coloridos, criados pelos artesãos locais usando a palma do miritizeiro (palmeira muito comum nas áreas de várzea do município).

3 O desastre em Abaetetuba

Uma moradora de Abaetetuba descreve o que aconteceu na manhã de sábado do dia 4 de janeiro de 2014, no bairro São João, quando 62 casas e pontos comerciais que ficavam às margens do rio foram afetados pelo colapso do solo – 13 desabaram e 49 foram interditados pela Defesa Civil estadual porque ficaram comprometidos estruturalmente:

Olha, a gente tava em casa, aí... eu tava preparando a comida, aí nós tinha um chagão aí do lado, como esse aqui, aí ficava minha pia do lado de fora onde eu preparava peixe, aí eu garrei, quando eu terminei de temperar o

peixe, aí eu vi aquilo, aquele estralo, só que eu nunca tava pensando que era na casa do lado, do nosso lado, aí eu garrei... temperei o peixe e subi, que quando eu coloquei o pé dentro da casa, aí eu vi aquilo fazer assim [gesto de fumaça subindo] parece assim uma fumaça, sabe? aí que eu olhei aí eu gritei, o meu esposo tava lá trás sentado, aí eu gritei pra ele “CORRE QUE A CASA TÁ CAINDO”, só que a gente pensava que era a nossa que tava caindo, só que era a do lado. Aí ele disse “não é a nossa, é a casa que tá virando em cima da nossa”, mas ela não virou, ela afundou só de uma vez, aí nós saímos correndo pa rua, eu tinha..., que eu crio sempre filho dos meus irmãos, aí d’eles correrem pra rua, eles correram pra trás, aonde a menina tava lavando a roupa; aí ela veio correndo, e quando a gente chegou lá na frente, que a gente foi olhar, parecia que era um bicho tava andando de baixo da terra e aquilo ia caindo (Entrevistada 8, 67 anos).

Figura 2 – Local do colapso do solo, no bairro São João, Abaetetuba (PA)



Fonte: Governo do Estado do Pará, 2014b.

Figura 3 – Moradora observando, atônita, as casas e ruas destruídas.



Fonte: Coordenaria Municipal de Defesa Civil (COMDEC), 2014.

Essa situação atingiu diretamente 213 pessoas que tiveram de sair de suas casas para serem abrigadas provisoriamente num ginásio de esportes. O município decretou estado de emergência devido ao ocorrido (PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA, 2014b).

O estudo da CPRM constatou que ocorreu em Abaetetuba a subsidência do solo, que são “fenômenos geológicos, tais como dissolução, erosão, compactação do material de superfície, falhas verticais, terremotos e vulcanismos. Podendo acontecer de forma gradual e mais raramente de forma brusca e repentina” (BRASIL, 2003, p. 132).

Houve uma urbanização precária em uma área de risco. Não foi levado em consideração o que seria construído no local (PARÁ, 2014b), nem houve acompanhamento técnico do aterro da área alagada. As casas foram construídas num terreno de várzea aterrado gradativamente pela própria população com materiais impróprios, como restos de construção, caroços de açaí, argila e lixo domiciliar. A variedade dos materiais que faziam parte da composição desse aterro contribuiu para a sua fragilidade. Nessas localidades, com a influência dos movimentos das marés, o terreno fica instável estruturalmente, pondo em risco as casas construídas no local (HOLANDA, 2011).

Segundo o relatório do CPRM, uma área de 23.000 m² foi considerada de risco, contudo houve a necessidade de interdição de 9.600 m², o que atingiu, direta e indiretamente, 448 pessoas aproximadamente (Figura 4).

Figura 4 – Local do colapso do solo, no bairro São João.



Fonte: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, 2014.

Legenda:

- a) **tracejado:** delimitação do setor de risco de novos desabamentos, alvo de monitoramento constante (aproximadamente 23.000 m²);
- b) **contínuo:** delimitação da área de interdição imediata das casas (aproximadamente 9.600 m²);
- c) **seta:** sentido do rio.

Após a delimitação do setor de risco (polígono vermelho), que afetou diretamente 112 imóveis, algumas ações foram tomadas para diminuir o risco no local, como a interdição de todos os imóveis localizados dentro do polígono amarelo e sua posterior demolição. As famílias atingidas foram remanejadas para locais mais seguros. O Serviço Geológico do Brasil (COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS NATURAIS, 2014), após análise da área, sugeriu ainda:

- a) remanejamento, a curto prazo, das famílias inseridas dentro do polígono de risco em vermelho para áreas mais seguras;
- b) imediata demolição das moradias e uso sustentável da área de risco, após a retirada das famílias para áreas mais seguras;
- c) construção de moradias mais afastadas das margens;
- d) implantação de políticas de controle urbano para evitar construções e ocupações em áreas de proteção permanente (APP), como margens e leitos dos rios;
- e) não aterramento da planície de inundação;

- f) utilização da área para fins turísticos e de lazer, evitando-se moradias de uso permanente na área de risco;
- g) evitação de construções que exerçam sobrecarga no terreno.

Como já dito, logo após a subsidência do solo, foi montada uma frente de trabalho no município, com o acionamento da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, do Departamento Municipal de Trânsito (DEMUTRAN) e da Secretaria de Assistência Social do município, a fim de atender as famílias que tiveram de deixar suas casas. Os técnicos da CEDEC deram início ao trabalho de atendimento e de orientação das famílias, fazendo a avaliação de risco no local. Foi estruturada a COMDEC.

As pessoas, estupefatas, viam suas casas serem engolidas pelo adensamento do terreno. Muitas, aliás ficaram imersas no rio. Na rua Siqueira Mendes e na travessa Santo Antônio, restaram apenas escombros. Um entrevistado (Entrevistado 9) revelou que a cena não lhe sai da cabeça desde então. Os prejuízos materiais foram imensos. Os terrenos só pararam de ruir quando o próprio material do aterro agiu como anteparo, dificultando o deslocamento da massa (PARÁ, 2014b).

4 Defesa civil e desastres naturais

Quando se fala em defesa civil, é comum que venham à mente enchentes, desabamentos e famílias desabrigadas por causa das chuvas e das cheias de rios. Os jornais estão cada vez mais noticiando esses acontecimentos, devido às mudanças climáticas provocadas pela própria ação do homem. Esses desastres atingem grandes extensões territoriais, com consequências econômicas e sociais.

Os estudos sobre as ações da defesa civil, em sua maioria, são voltados para os efeitos que os desastres causam nas comunidades atingidas. Os temas abordados dizem respeito à estrutura funcional da defesa civil, à assistência às famílias nos abrigos e à prevenção do risco de desastres naturais. Segue-se a linha da pesquisa técnico-operacional. O resultado dessas pesquisas é importante para o aprimoramento das atividades técnicas, para a padronização de procedimentos e para a criação de uma literatura explicativa, como revistas técnicas, folhetos e cartilhas preventivas. A desvantagem, no entanto, é que a linguagem, geralmente específica de certos grupos, não contempla a maioria da população, além de não buscar o aprofundamento de temas relativos às questões sociais causadas pelos desastres (VALENCIO, 2010).

Para Valencio (2010), a institucionalização da defesa civil sob a égide militar impediu o desenvolvimento de discussões substanciais sobre uma identidade técnica, o que foi aperfeiçoado na década de 90 do século XX, com a criação do Plano Nacional de Defesa Civil (PNDC), que articulou as ações de defesa civil no âmbito federal, estadual e municipal.

O aumento do número de desastres demonstra a dificuldade enfrentada pela defesa civil para prevenir sua ocorrência e no processo de atendimento dos atingidos. Esse aumento tem sido notado desde a década de 60 (TOMINAGA; SANTORO; AMARAL, 2009), e esse fenômeno é causado pela urbanização desordenada e pelo crescimento de ocupações impróprias em áreas de risco, como terrenos aterrados com lixo às margens de rios. “Quando há um adensamento destas áreas por moradias precárias, os desastres associados aos escorregamentos e inundações assumem proporções catastróficas causando grandes perdas econômicas e sociais” (TOMINAGA; SANTORO; AMARAL, 2009, p. 19).

A vulnerabilidade¹⁶ ao risco está proporcionalmente relacionada à precariedade da moradia. No Estado do Pará, uma grande parte da população vive em condições habitacionais inadequadas. Um grande número de pessoas vive às margens de rios, marcadas pela carência de infraestrutura e pela forte presença de domicílios rústicos (HOLANDA, 2011). Alexander (2011, p. 10) afirma que “ainda que a pobreza e a vulnerabilidade a desastres não sejam equivalentes, [mas] estão intimamente relacionadas e, inversamente, a riqueza geralmente equivale a maior proteção e segurança”.

Por isso, é conveniente que o Estado reveja a forma como lida com essas situações. O papel do Estado é proporcionar o bem-estar social, providenciando meios para prevenir e minimizar os danos possíveis. Os desastres causam prejuízos em toda a rede social de uma comunidade, desde a produção de bens e serviços até a produção de riquezas, danifica as relações sociais que antes se estabeleciam de certa forma harmoniosamente.

O tema desastre é multidisciplinar, abrange áreas da geografia, das engenharias, da arquitetura, assim como da área de saúde e das ciências sociais. E seu atendimento envolve toda uma rede participativa, além do município (comunidade) e do Estado. Órgãos assistencialistas envolvem-se no atendimento dos grupos afetados pelos desastres. Embora a intenção seja minimizar os estragos – por exemplo, nas enchentes, casas inundadas, perda de móveis, roupas, dinheiro e, em alguns casos, perda de vidas –, esses órgãos não têm uma comunicação clara entre si. Há divergências na análise dos dados coletados, nas prioridades assinaladas por cada um, e o discurso de atendimento está mais voltado para as perdas

¹⁶ “Vulnerabilidade define-se como o potencial para perdas e danos inerentes a uma pessoa ou a uma coisa” (ALEXANDER, 2011, p. 10).

materiais do que para os efeitos traumáticos deixados pelo desastre em cada família (VALENCIO; MARCHEZINI; SIENA, 2007).

A mediação desses conflitos deve ser feita prioritariamente pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, como representante do Estado. O Estado deve oferecer água encanada, luz elétrica, segurança, coleta de lixo e alimento às famílias afetadas por um desastre. O dever da Defesa Civil é auxiliar na reconstrução da ordem social, juntamente com os médicos que cuidam dos doentes, com o auxílio de arquitetos e engenheiros na reconstrução de casas com materiais alternativos e ajustados à realidade da região afetada. É ainda dever da Defesa Civil estudar os efeitos dos desastres na ordem social das comunidades atingidas. Os estudos das ações de defesa civil têm ganhado outra abordagem, focada no entendimento dos danos subjetivos causados às comunidades afetadas.

A questão dos desastres tem um epicentro que desencadeia uma diversidade de motivações, o que Castro (2000) chama “dívida social”, formada por um conjunto de ações coletivas diretas e indiretas de vários grupos da sociedade para auxiliar outros grupos em necessidade. Pode-se inferir que essa variedade de enquadramentos tem avançado devido à frequência dos acontecimentos e ao aumento dos desastres naturais.

Segundo o *Atlas brasileiro de desastres naturais 1991 a 2010* (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2011b), particularmente o volume relacionado ao Pará, os tipos de desastres mais comuns no Pará são os desastres hidrológicos, como as inundações graduais, resultantes das cheias dos rios, ocasionadas pelas chuvas contínuas. Porém, outros eventos são destacados, como incêndios florestais, erosões costeiras, estiagem e seca. Dos 143 municípios pesquisados na época, 102 sofreram algum tipo de evento hidrológico ou geológico.

Esses fenômenos naturais causam danos às populações paraenses, impactando diretamente a economia e a ordem social do estado. Contudo, como as ocorrências estão relacionadas às inundações bruscas e graduais, é possível verificar a sazonalidade e a recorrência, bem como subsidiar os processos decisórios para direcionar recursos a fim de reduzir danos e prejuízos materiais, além de perdas humanas (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2011b).

Para Valencio e Marchezini (2004, p. 311), a cultura de remediar ainda é muito forte e aceita:

gastar onde “nada acontece”, para evitar o impacto de ameaças, gera muitas discussões, sendo a prevenção algo pouco assimilável em muitas comunidades. Gastar onde tudo já aconteceu, o desastre – ainda que se despenda um volume muito maior de recursos para resultados muito

menores em termos da reposição das rotinas –, é uma prática mais acomodada nas práticas políticas e reivindicações comunitárias.

Alexander (2011) apresenta três fatos que ocasionam um desequilíbrio entre os recursos dedicados à prevenção e os recursos investidos na resposta. O primeiro diz respeito ao considerável conhecimento atual dos perigos em escala mundial, o que se verifica também cada vez mais em escala local; o segundo refere-se ao número de pessoas afetadas por desastres, que passou dos 280 milhões em 2010 para 375 milhões em 2015; o terceiro está ligado à intensificação das alterações climáticas, que aumentam em decorrência de desastres meteorológicos, como inundações e tempestades.

Esses números, portanto, ratificam a necessidade de pesquisas sobre os danos imateriais e materiais que os desastres naturais provocam para milhões de pessoas em todo o mundo.

5 Material e métodos

O presente trabalho de pesquisa seguiu os moldes de um estudo de caso, adotando-se a estratégia de examinar, mediante a observação direta dos acontecimentos, os sujeitos envolvidos escolhidos para a análise (YIN, 2005). Este estudo de caso exploratório observou a atuação da Defesa Civil no atendimento das famílias atingidas pelo recalque do solo.

Esta pesquisa apoiou-se nos documentos oficiais das Coordenadorias de Defesa Civil (Estadual e Municipal), nas entrevistas com os técnicos que participaram do atendimento das vítimas, bem como na observação participante do atendimento das famílias atingidas pela subsidência do solo.

Realizaram-se entrevistas diretas com um técnico da Defesa Civil estadual e duas técnicas da Defesa Civil municipal, selecionados por terem um papel direto no atendimento das famílias atingidas, auxiliando nas primeiras respostas à comunidade local e por conhecerem melhor as necessidades da comunidade afetada.

O objetivo das entrevistas foi apurar o olhar lançado sobre o atendimento recebido pelas famílias por parte da Defesa Civil, assim como acompanhar o processo de busca de soluções para os problemas surgidos durante o tempo da pesquisa. Foi interessante notar como cada família interpretava o fenômeno da subsidência do solo e as conseqüentes perdas – de suas moradias, da identidade de comunidade e vizinhança, da esperança de dias melhores.

Na tentativa de fazer uma abordagem sociológica do tema, utilizou-se a pesquisa qualitativa, escolhida por sua característica de não estar presa a métodos matemáticos e

estatísticos, como ocorre em pesquisas quantitativas. Mas houve uma preocupação com a análise detalhada de comportamentos, hábitos e atitudes (MARCONI; LAKATOS, 2004). Segundo Marconi e Lakatos (2004), a pesquisa qualitativa realiza inicialmente a coleta de dados para assim criar uma teoria-base com um conjunto de conceitos, princípios e significados. Assim sendo, procurou-se uma apuração mais indutiva, com uma interpretação pormenorizada dos dados pesquisados, que, segundo Yin (2005), consiste em examinar, categorizar, classificar em tabelas, testar ou, do contrário, recombina as evidências quantitativas e qualitativas para tratar as proposições iniciais de um estudo.

6 Perfil dos interlocutores

Os interlocutores desta pesquisa foram selecionados de acordo com a proposta e a necessidade da busca de informações para formatar os dados necessários. Portanto, na Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC), procurou-se entrevistar o técnico responsável pelas operações durante a ocorrência em Abaetetuba. Esse oficial bombeiro militar (capitão), coordenador operacional, esteve presente nas ações da CEDEC desde o início do seu acionamento pela prefeitura de Abaetetuba, até os primeiros meses após o desastre, auxiliando as técnicas da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, assim como a prefeita do município sobre as medidas de emergências a serem tomadas.

Outros técnicos da Defesa Civil estadual, que participaram da ocorrência, também foram ouvidos de forma informal, a fim de conhecer seu comportamento, seu pensamento e suas próprias avaliações do incidente de Abaetetuba. Suas falas aparecem durante o texto de forma indireta, confirmando algumas citações de autores, como Guivant (1998), Santos (2007), Tavares, Mendes e Basto (2011) e Valencio (2010).

Na Defesa Civil municipal, foram entrevistadas as duas técnicas que desenvolvem o trabalho da COMDEC. As entrevistas aconteceram na sede da COMDEC, que estava provisoriamente no quartel do Tiro de Guerra do Exército. Mas o acompanhamento foi feito nas reuniões na sede dos Conselhos Municipais de Abaetetuba¹⁷, assim como durante uma reunião com a Secretária de Assistência Social do município.

As técnicas são servidoras municipais que foram remanejadas de suas funções e designadas para coordenar e estruturar a Defesa Civil, cuidar do cadastro das famílias

¹⁷ Essas reuniões têm lugar mensalmente, contando com a participação de todos os conselhos representativos do município (saúde, educação, bairros, assistência social, defesa civil, bombeiros, polícia militar, entre outros). O objetivo é tratar de assuntos e ações de interesse da população.

desalojadas e desabrigadas, e, juntamente com a Secretaria de Assistência Social, alojar as famílias em local seguro (inicialmente no ginásio de esportes), bem como receber as doações destinadas às famílias e distribuir as cestas básicas. Os sujeitos municipais foram escolhidos por gerenciarem as comunidades da área e por conhecerem melhor as necessidades da comunidade atingida. Foram eles que deram as primeiras respostas à comunidade local.

A pesquisa estendeu-se a 10 (dez) famílias selecionadas aleatoriamente dentro das 51 (cinquenta e uma) atingidas diretamente pela subsidência do solo, que tiveram de sair de suas casas por causa da interdição. Foram divididas em dois grupos de cinco: as que aceitaram a indenização de suas moradias e as que não aceitaram a indenização pela prefeitura.

A maioria das famílias entrevistadas não era numerosa, tinham em média de três a seis membros, na maioria jovens entre 16 e 24 anos. A atividade informal (sem carteira assinada) era a maior fonte de renda (Tabela 2), complementada, contudo, com o recebido do Programa Assistencial Bolsa Família. Observou-se que, das 51 (cinquenta e uma) famílias cadastradas, 37 (trinta e sete) tinham como “chefe da família” mulheres, ou seja, mais de 70% das famílias são dirigidas por mulheres. Um dado interessante que poderia ser estudado em outro momento.

Outros dados referentes às famílias entrevistadas são apresentados nas tabelas a seguir – a faixa etária, a ocupação, o número de membros da família. Os responsáveis familiares podem ser considerados como pessoas maduras, acima dos 40 anos de idade, exercendo uma atividade informal (sem carteira assinada).

Da análise da Tabela 1, infere-se que 80% dos responsáveis familiares cadastrados na COMDEC tinham acima de 40 anos, 60% estando entre 40 e 59 anos. Os chefes de família ainda estavam na ativa e tinham uma ocupação, logo eram pessoas experientes (Tabela 2).

Tabela 1 – Faixa etária dos chefes das famílias atingidas pelo desastre natural no município de Abaetetuba (PA), em 2014.

Faixa etária	Quantidade
22 a 39 anos	2
40 a 59 anos	6
60 a 80 anos	2

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

É interessante notar que apenas um entrevistado trabalhava com carteira assinada, enquanto a maioria (60%) trabalhava informalmente (Tabela 2). Esse número está acima da

média nacional: 40% dos trabalhadores brasileiros estão no mercado informal, 71% dos quais têm mais de 35 anos (LEITE, 2014).

Tabela 2 – Ocupação dos chefes das famílias atingidas pelo desastre natural no município de Abaetetuba (PA), em 2014.

Ocupação	Quantidade
Vendedor autônomo	3
Vendedor empregado	1
Mototaxista	1
Aposentado	2
Pescador	2
Não trabalhava	1

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Das famílias entrevistadas, 80% tinham de 1 a 6 pessoas morando na mesma casa (Tabela 3). Levando-se em conta que o colapso do solo aconteceu por volta das 8 horas do sábado e que a maioria estava em casa, o desastre poderia ter tomado proporções inimagináveis. Contudo, houve apenas danos materiais, sem óbitos.

Tabela 3 – Número de membros das famílias atingidas pelo desastre natural no município de Abaetetuba (PA), em 2014.

Número de membros	Quantidade
1 a 3	4
4 a 6	4
7 a 8	1
9 a 10	1

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

A seleção dos entrevistados foi feita segundo a ordem de chegada à sede da Defesa Civil em Abaetetuba. No momento em que falavam com as técnicas da COMDEC, a equipe era apresentada. O entrevistador explicava o motivo da pesquisa de campo e perguntava se queriam participar da entrevista. Por isso, cada entrevistado foi identificado no texto com o número de sua chegada (entrevistados de 1 a 10), tendo sido mantido o anonimato. A maioria dos entrevistados foi muito receptiva e amistosa; poucos não quiseram falar em entrevista sobre o assunto, mas conversaram informalmente.

7 A Defesa Civil no atendimento das famílias atingidas pela subsidência do solo

Como já dito, logo após a subsidência do solo, foi montada uma frente de trabalho no município, com o acionamento da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, do DEMUTRAN e da Secretaria de Assistência Social do município, a fim de atender as famílias que tiveram de deixar suas casas. Os técnicos da CEDEC deram início ao trabalho de atendimento e de orientação das famílias, fazendo a avaliação de risco no local. Foi também estruturada a COMDEC.

As pessoas, estupefatas, viam suas casas serem engolidas pelo adensamento do terreno. Muitas, aliás, ficaram imersas no rio. Na rua Siqueira Mendes e na travessa Santo Antônio, restaram apenas escombros. Um entrevistado (Entrevistado 9) revelou que a cena não lhe sai da cabeça desde então. Os prejuízos materiais foram imensos. Os terrenos só pararam de ruir quando o próprio material do aterro agiu como anteparo, dificultando o deslocamento da massa (PARÁ, 2014b).

Com a situação de sinistro instalada, as autoridades municipais foram acionadas: Prefeitura Municipal, Secretaria de Mobilidade Urbana, Guarda Municipal, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Em seguida, foi acionada a Defesa Civil estadual e, posteriormente, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM).

A Coordenadoria Estadual de Defesa Civil e a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil articularam-se com o Ministério da Integração para decretar a situação de emergência e, por fim, operacionalizar o auxílio às vítimas do desabamento.

As famílias que tiveram suas casas abaladas foram encaminhadas para o ginásio de esportes Hildo Carvalho. A Prefeitura operacionalizou os trabalhos da Defesa Civil municipal, nomeando duas servidoras municipais para assumir o cadastramento das famílias, em conjunto com a Secretaria Municipal de Assistência Social e a Secretaria Municipal de Saúde, por meio das agentes comunitárias de saúde (ACS) da área.

Para Valencio, Siena e Marchezini (2011, p. 28), há muitos significados imbricados nas vítimas de um desastre, ainda mais quando classificadas como desabrigadas ou desalojadas:

enquanto os afetados nos desastres são aqueles que sofrem, direta ou indiretamente, qualquer tipo de dano, desalojados e desabrigados são tipos de afetados que têm esse dano configurado centralmente na dimensão da vida privada em decorrência da danificação severa ou destruição da moradia. A perda do espaço privado gera um drama não apenas coletivo – envolvendo numerosas famílias no cenário dos desastres –, mas um drama que se torna

público: a imprensa incita, no imediato pós-impacto, sua visibilidade para além do testemunho local; o problema social decorrente torna-se, algumas vezes, objeto de comoção pública e mobilizam-se auxílios de toda a ordem, do trabalho voluntário às doações.

De pronto, foi realizado o cadastro das famílias que estavam instaladas no ginásio. As ACS que trabalhavam na área tiveram um papel significativo nesse momento. Com efeito, outras pessoas, tentando aproveitar-se da situação, diziam que moravam na área do desastre ou que o número de membros da família era bem maior. O interesse por trás disso era o aumento da quantidade de doações recebidas. Além do mais, algumas pessoas, tendo conhecimento de que haveria uma possível indenização para as casas atingidas, diziam que suas casas tinham sido afetadas. Todavia, as ACS, com o cadastro dos moradores em mãos, foram organizando essa situação.

Apenas 13 (treze) famílias atingidas não quiseram ficar alojadas no ginásio de esportes, preferiram procurar ficar em casas de parentes e amigos. Porém as que foram para o alojamento receberam serviço ambulatorial com enfermeiros, técnicos de enfermagem, organizados pela Secretaria de Saúde. Além disso, a Secretaria de Assistência organizou oficinas de reciclagem, brinquedoteca, sessões de cinema com pipoca, um trabalho de humanização muito grande.

A interação da defesa civil municipal com as famílias foi um fator importante para atenuar o choque psicológico e a sensação maior de abandono:

Olha desde o começo temos nisso, q'elas [as técnicas da defesa civil] sempre ajudaram a gente, foi a coisa muito bom pra gente. Porque às vezes a gente fica pensando se não tivesse uma pessoa dessa pra ajudar a gente, como era que a gente ia ficar? Né?! Porque o pouquinho que a gente tinha foi acabado aí na nossa casa, que era onde a gente tava jogando todo o dinheirinho que a gente pegava e recebia das nossas, do coisa da pesca, e a gente jogava lá, né?! Por causa pra gente preparar. A gente nunca ia pensar que ia acontecer uma coisa dessa, né?! (Entrevistada 8, 67 anos).

As famílias que permaneceram no ginásio receberam alimentação e cuidados médicos, além de cestas básicas, água mineral, roupas e utensílios domésticos provenientes de doações. A ação da Defesa Civil no município foi primordial para a minimização dos danos materiais. As famílias cadastradas receberam um aluguel social no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por um período de seis meses. Cada responsável familiar recebeu um cartão magnético para sacar o valor na agência do Banco do Brasil. A cada mês recebiam na sede da Defesa Civil municipal cestas básicas, em média cinco cestas por família.

Devido à grande procura por casas para alugar, os preços dos aluguéis subiram bastante, o que dificultou o fechamento de novos contratos. Os valores iniciais dos aluguéis

variavam entre R\$ 250,00 e R\$ 400,00. Depois esse valor foi inflacionado, e não se encontravam casas por menos de R\$ 600,00. Assim as famílias tinham de complementar o valor do aluguel com seus recursos.

O benefício do aluguel social devia ser pago por seis meses, encerrando-se no mês de agosto de 2014. Mas, como muitas famílias ainda necessitavam de auxílio e da ajuda do governo, a Defesa Civil em reunião com os Conselhos Municipais deliberou ampliar por mais seis meses o benefício (até janeiro de 2015), mas com o valor reduzido.

Nessa reunião, discutiu-se a situação das famílias que foram indenizadas pela perda dos imóveis, pois, das 51 (cinquenta e uma) famílias cadastradas, 32 (trinta e duas) já tinham recebido as indenizações da Prefeitura. Uma família abriu mão da indenização, por ter optado por retornar a sua terra natal, Cameté. E 13 (treze) estavam em processo adiantado para receber a indenização. Todavia, 5 (cinco) famílias não aceitaram os valores estipulados pelos agentes da prefeitura que fizeram as avaliações, os valores estariam abaixo do praticado no mercado:

“[...] só queria dá vinte mil [reais], aí vinte mil num tinha como a gente comprar uma casa que aqui a gente num compra uma casa com vinte mil, nem terreno, né?! Aí tamos esperando que ela negocie com a gente, porque a casa... a única casa mais barata que a gente encontrou foi de 70 [mil reais], nós num encontremo casa menor que isso” (Entrevistada 8, não indenizada).

“A gente num pensa que uma coisa dessa possa acontecer com a gente. Aí quando acontece a gente fica sem chão, sem saber o que fazer, não é mesmo? Mas depois que passou tudo, e hoje eu olho a minha casa nova e penso, eu nunca ia conseguir uma casa assim. Olha só, hoje tenho o banheiro dos meus sonhos, tudo por causa do auxílio da prefeitura e da Cohab” (Entrevistado 7, indenizado).

As famílias indenizadas receberam o “Cheque Moradia” (programa do governo que destinando valores às famílias de baixa renda) para construir suas novas casas.

Durante as entrevistas com as famílias que foram indenizadas, foi verificada a mudança de sentimentos. O sentimento de desolação, de medo e as incertezas foram substituídos pela satisfação de “*ter um teto, até melhor do que tinha antes*”, conforme a fala do Entrevistado 5. “*Hoje tenho o banheiro dos meus sonhos, tudo por causa do auxílio da prefeitura e da Cohab*” (Entrevistado 7).

Contudo, a maioria das pessoas entrevistadas que não receberam as indenizações lamentou não ter recebido, pois o prazo do aluguel social já estava no fim (agosto de 2014) e a situação ainda estava indefinida.

As famílias que receberam indenizações por suas casas também participaram do projeto “Minha casa, Minha vida” e receberam o “Cheque Moradia”. Alguns optaram por comprar casas menores que depois ampliariam, enquanto outros compraram terrenos para construir suas casas. A maioria preferiu procurar casas em outros bairros, longe da antiga vizinhança: “*É difícil, a gente tava aqui tinha muito tempo. De repente tem que abandonar tudo... a gente preferiu recomeçar em outro lugar, até pra tentar esquecer isso...*” (Entrevistada 2, 48 anos, indenizada).

Aconteceu o que Valencio et al. (2009, p. 78) chamam “desfazimento da vizinhança”, pois o que antes era tido como referência de lugar, lar, comunidade foi perdido. Esse rompimento do antigo convívio social e a criação de uma nova rotina com novas relações de amizade ainda precisam ser mais bem considerados pela Defesa Civil por um olhar sociológico (BOURDIEU, 1989; CARMO; VALENCIO, 2014).

Os desastres naturais têm um significado concreto de destruição, de abalo do cotidiano, mas têm outros significados mais internos na vida de seus afetados. A perda da moradia também é a perda da segurança familiar. O abandono da residência significa deixar para trás as lembranças dos vizinhos e a vivência em comunidade, as amizades conquistadas. Esses aspectos dos desastres naturais ainda não são explorados pelas ações de recuperação da Defesa Civil no Estado do Pará. Portanto, temos um campo vasto de estudo a ser pesquisado.

O papel da defesa civil deve ir bem além dos processos de recuperação estrutural das comunidades atingidas (que englobam qualquer obra de engenharia), assim como medidas não estruturais (que englobam o planejamento da ocupação, a utilização do espaço geográfico, em função da definição das áreas de risco, bem como o aperfeiçoamento da legislação de segurança contra desastres) (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2010).

8 Considerações finais

A Defesa Civil procurou atender com brevidade as famílias atingidas pelo desastre natural em Abaetetuba. As ações conjuntas minimizaram os danos materiais das famílias. Porém, há outros danos intrínsecos, como afirmam Valencio et al. (2009): ao lado das necessidades materiais, há necessidades imateriais, como a saúde mental, física e emocional, que depõem contra a autoestima, a identidade e o próprio modo de vida, afetando diretamente o *habitus* do indivíduo e seu grupo de integração (BOURDIEU, 1989; VALENCIO et al., 2009). É, pois, necessário aprofundar essa temática.

No caso em estudo, em Abaetetuba, a atuação da Defesa Civil na prefeitura para que fosse decretada a situação de emergência e o posterior reconhecimento dessa situação pelo Ministério da Integração foram fundamentais para a busca de recursos financeiros nos órgãos competentes. Outras ações, como o acolhimento das famílias desabrigadas e desalojadas que necessitavam do aluguel social, a distribuição de cestas básicas, atenuaram suas perdas materiais. Ainda mais, com a indenização das casas e o recebimento do “Cheque Moradia”, essas famílias tiveram a oportunidade de reconstruir seus lares em local seguro, recebendo o suporte básico para a manutenção da dignidade humana, mesmo não sendo o ideal. Ainda há muito a se fazer.

O trabalho preventivo com os moradores pode minimizar os riscos e prepará-los para lidar com a situação de desastre. A vulnerabilidade pode ser calculada, o risco pode ser calculado e os danos, minimizados. O trabalho integrado da Defesa Civil no município de Abaetetuba acentuou a ajuda às famílias atingidas pela subsidência do solo. As famílias desabrigadas logo foram encaminhadas para o alojamento provisório, em pouco mais de uma semana já estavam recebendo o aluguel social e morando em locais seguros.

A decretação da situação de emergência pelo Poder Executivo ajudou na captação de recursos para a indenização das casas destruídas e interditadas.

A capacitação dos técnicos que trabalham na Defesa Civil municipal, por meio de cursos, palestras e oficinas, municiará a COMDEC com as informações necessárias para coordenar as ações de defesa civil e criar os núcleos de defesa civil nas comunidades, além de qualificá-las para o pronto atendimento, se necessário.

Abaetetuba não vai esquecer o que aconteceu na manhã do dia 4 de janeiro de 2014, tampouco vai evitar que outra situação semelhante aconteça. Se não houver a conscientização das pessoas sobre as atitudes que geram o risco, elas continuarão a ter as mesmas práticas que levaram ao desmoronamento das casas no bairro São João.

A Defesa Civil tem o grande desafio de criar na comunidade abaetetubense, quiçá paraense, a consciência da preservação, com cuidados e atitudes resilientes. Os desastres naturais podem ser minimizados, e as comunidades podem ser preparadas para superá-los. Contudo, deve haver uma interação entre os atores envolvidos – Poder Público (Estado, municípios), entidades sociais (organizações não governamentais, associações de bairros, etc.) e comunidades –, que precisam incorporar ao seu dia a dia o significado da defesa civil (cooperação, união, serenidade, calor humano e solidariedade).

Referência Bibliográfica¹⁸

ALEXANDER, D. Modelos de vulnerabilidade social a desastres. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], n. 93, 2011. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/113>>. Acesso em: 5 jun. 2013.

BASOLO, V. et al. The effects of confidence in government and information on perceived and actual preparedness for disasters. *Environment and Behavior*, Thousand Oaks, CA, v. 41, n. 3, p. 338-364, maio 2009. Disponível em: <<http://www.unisdr.org>>. Acesso em: 3 jun. 2013.

BENSON, C.; CLAY, E. J. *Understanding the economic and financial impacts of natural disasters*. Washington, DC: The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, 2004.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Decreto Federal n.º 97.274, de 16 de dezembro de 1988. Organiza o Sistema Nacional de Defesa Civil como instituição estratégica para a redução de riscos de desastres. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 dez. 1988. Seção 1, p. 24681. Disponível em: <<http://legislacao.planalto.gov.br>>. Acesso em: 5 jun. 2013.

_____. Ministério da Integração Nacional. *Manual de desastres naturais*. Brasília, DF, 2003, v. 1.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. *Glossário de defesa civil estudos de riscos e medicina de desastres*. Brasília, DF, 2008.

_____. Decreto Federal n.º 7.257, de 4 de agosto de 2010. Regulamenta o Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC, sobre o reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 ago. 2010. Seção 1, p. 11. Disponível em: <<http://legislacao.planalto.gov.br>>. Acesso em: 5 jun. 2013.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Gestão de Riscos e Resposta a Desastres. In: _____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Plano Plurianual 2012-2015*: Brasília, DF, 2011.

_____. Lei Federal n.º 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis n.º 12.340, de 1.º de dezembro de 2010, n.º 10.257, de 10 de julho de 2001, n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, n.º 8.239, de 4 de outubro de 1991, e n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras

¹⁸ Referências Bibliográficas referente ao Artigo Científico

providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 abr. 2012. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://legislacao.planalto.gov.br>>. Acesso em: 5 jun. 2013.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. *Anuário brasileiro de desastres naturais*: 2013. Brasília, DF: CENAD, 2014. Cooperação técnica da Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres.

CARMO, R. L. do; VALENCIO, N. (Org.). *Segurança humana no contexto dos desastres*. São Carlos: RiMa, 2014.

CASTRO, A. P. de. *Sociologia geral*. São Paulo: Atlas, 2000.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS NATURAIS. Serviço Geológico do Brasil. *Ação emergencial para reconhecimento de áreas de alto e muito risco a movimentos de massas e enchentes*. Abaetetuba, 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. *Projeto Fortalecimento de Capacidades para o Desenvolvimento Humano Local*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.cnm.org.br>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

GUIVANT, J. S. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica-Anpocs*, Rio de Janeiro, n. 46, p. 3-37, 2 sem. 1998. Disponível em: <<http://www.anpocs.org>>. Acesso em: 1 fev. 2014.

HOLANDA, A. C. G. *A nova política de habitação de interesse social no Pará (2007-2010): avanços e limites*. 2011. 177 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Atlas do Censo Demográfico 2010*. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

LEITE, Lucas. *O trabalho informal no Brasil*. Reportagem veiculada no portal jornalístico Repórter Unesp. Fev. 2014. Disponível em: <<http://www2.faac.unesp.br/pesquisa/lecotec/projetos/wordpress/?p=311>>. Acesso em: 03 mar. 2015

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Metodologia científica*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 6 ed. São Paulo: Atlas: 2005.

MENDES, J. M.; TAVARES, A. O. Risco, vulnerabilidade social e cidadania. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], n. 93, 2011. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/173>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

OLIVEIRA, M. de. *Livro texto do Projeto Gerenciamento de Desastres: Sistema de Comando de Operações*. Florianópolis: Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de

Defesa Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres, 2009.

PARÁ. *Portal do Governo do Pará*. 2013. Disponível em: <<http://www.pa.gov.br>>. Acesso em: 4 jun. 2014a.

PARÁ. Coordenadoria Estadual de Defesa Civil. Corpo de Bombeiros Militar do Pará. Belém, 2014b. Disponível em: <<http://bombeiros.pa.gov.br/defesacivil>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

_____. Corpo de Bombeiros Militar do Pará. *Entrevista com o Coordenador de Operações na Ocorrência em Abaetetuba*. Belém, 2014c.

PERRY, R. W. Disasters, definitions and theory construction. In: PERRY, R. W.; QUARANTELLI, E. L. (Ed.). *What is a disaster? New answers to old questions*. Bloomington, IN: Xlibris Corporation, 2005. p. 311-324.

PERRY, R. W.; QUARANTELLI, E. L. (Ed.). *What is a disaster? New answers to old questions*. Bloomington, IN: Xlibris Corporation, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA. *Portal da Prefeitura Municipal de Abaetetuba*. 2014a. Disponível em: <<http://www.abaetetuba.pa.gov.br/>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

_____. *Decreto Municipal n.º 206/2014*, de 6 de janeiro de 2014. Declara situação de emergência no município de Abaetetuba, por ocorrência de desastre no bairro São João, Rua Siqueira Mendes, Travessa São Sebastião e Travessa Santo Antônio e dá outras providências. Abaetetuba, 2014b.

QUARANTELLI, E. L. Epilogue: where we have been and where we might go. In: QUARANTELLI, E. L. (Ed.) *What is a disaster? Perspectives on the question*. New York: Routledge, 1998. p. 234-273.

QUARANTELLI, E. L.; DYNES, R. R. *Response to Social Crisis and Disaster*. Disaster Research Center, Department of Sociology, Ohio State University, Columbus, Ohio. 1977 Disponível em: <<http://www2.comm.niu.edu/faculty/rholt/eocg/LLRreadUnit2AQuarantelliDynes.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2013.

SANTOS, R. F. dos (Org.). *Vulnerabilidade ambiental: desastres naturais ou fenômenos induzidos?* Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2007.

TAVARES, A. O.; MENDES, J. M.; BASTO, E. Percepção dos riscos naturais e tecnológicos, confiança institucional e preparação para situações de emergência: o caso de Portugal continental. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], n. 93, 2011. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/1380>>. Acesso em: 5 jun. 2013.

TOMINAGA, L. K.; SANTORO, J.; AMARAL, R. (Org.). *Desastres naturais: conhecer para prevenir*. São Paulo: Instituto Geológico, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. *Comunicação de riscos e de desastres*. Curso a distância. Florianópolis, 2010.

_____. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. *Planejamento Nacional para Gestão de Riscos: metodologia para mapeamento de áreas de risco*. Florianópolis, 2011a. Disponível em: <<http://www.ceped.ufsc.br>>. Acesso em: 1 jun. 2013.

_____. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. *Atlas brasileiro de desastres naturais 1991 a 2010: volume Pará: 2011*. Florianópolis, 2011b.

_____. *Mobilização comunitária e comunicação de risco para a redução de riscos de desastres*. Florianópolis, 2012. Disponível em: <<http://www.ceped.ufsc.br>>. Acesso em: 1 jun. 2013.

VALENCIO, N. Desastres, ordem social e planejamento em defesa civil: o contexto brasileiro. *Saúde e Sociedade*, v. 19, n. 4, p. 748-762, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 1 jun. 2013.

VALENCIO, N.; MARCHEZINI, V. Resenha de LINDELL, Michael K.; PERRY, Ronald W. *Communicating environmental risk in multiethnic communities*. California: Sage Publications Inc., 2004. 246 p. São Carlos: UFScar, 2004.

VALENCIO, N.; MARCHEZINI, V.; SIENA, M. Desastre e indiferença social: o Estado frente aos desabrigados. *Revista contemporânea de Antropologia e Ciência Política*, Niterói, Rio de Janeiro, v. 23, p. 223-254, 2007.

VALENCIO, N.; MARCHEZINI, V.; SIENA, M.; CRISTOFANI, G. Chuvas no Brasil: representações e práticas sociais. *Revista Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 4, n. 7, p. 163-183, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/1971/1721>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V. *Abandonados nos desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados*. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2011. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/12/abandonadosedesastreISBN.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2013.

VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J. C. (Org.). *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa, 2009.

WILLIS, K. F.; NATALIER, K.; REVIE, M. Understanding risk, choice and amenity in an urban area at risk of flooding. *Housing Studies*, v. 26, n. 2, p. 225-239, mar. 2011.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CAPITULO 3 – CONCLUSÃO DO TRABALHO DE PESQUISA

As mudanças climáticas provocam mais ocorrências de desastres naturais a cada ano, isso tem feito que a defesa civil tenha um papel cada vez mais atuante. Os desastres tem causado grandes chagas nas comunidades atingidas direta e indiretamente causando medo e insegurança nas pessoas.

A defesa civil procura atender com brevidade as famílias atingidas pelos desastres naturais. As ações conjuntas minimizam os danos materiais das famílias. Porém, há outros danos intrínsecos, como afirmam Valencio et al (2009) ao lado das necessidades materiais, há necessidades imateriais como a saúde mental, física e emocional que depõe contra a autoestima, a identidade e o próprio modo de vida, afetando diretamente o *habitus* do indivíduo e seu grupo de integração (BOURDIEU, 1989; VALENCIO et al, 2009;). Sendo assim, há a necessidade de aprofundamento nesta temática.

No caso em estudo, em Abaetetuba, a assistência da Defesa Civil junto à prefeitura para que fosse decretado a Situação de Emergência, e reconhecimento pelo Ministério da Integração Nacional, foi fundamental para se buscar recursos financeiros e agilizar o atendimento às famílias atingidas. Outras ações como o acolhimento dos desabrigados e desalojados que necessitavam do aluguel social, e a distribuição de cestas básicas, atenuaram suas perdas materiais. Ainda mais, com a indenização das casas e o recebimento do Cheque Moradia, essas famílias tiveram a oportunidade de reconstruir seus lares em locais seguro, recebendo o suporte básico para a manutenção da dignidade humana, mesmo não sendo o ideal. Ainda há muito a se fazer.

Este sentimento de cuidado foi compartilhado por outros entrevistados, que em meio ao caos se sentiram acolhidos pelos técnicos da defesa civil. O trabalho das assistentes sociais também contribuíram para se criar uma rede de atendimento. Todavia, em uma situação em que as pessoas são obrigadas a deixar sua moradia, seu lar, seu passado em comunidade, pode deixar grandes traumas.

“... e de repente aconteceu isso, né?! que interditaram, que era pra sair das casas, que tavam caindo. Chegou um cidadão que num sei nem quem era, lá, dizendo que era para sair das casas... A gente saiu, né meu irmão?! A gente num entende, né?! sei lá. Roubaram quase tudo a minha mercadoria. Quando é assim enche de”
(Entrevistado 6, 60 anos).

Este Entrevistado “nº 6” tinha comércio e sustentava sua família com o que vendia. Mesmo recebendo a atenção dos técnicos da defesa civil, fala negativamente devido a forma como foi avisado que deveria deixar sua casa. Valêncio et al (2009; 2014, p. 26) é muito crítica quanto a essa situação, em que não há um trabalho dos técnicos da defesa civil em lidar com as pessoas atingidas, o que a autora chama de “imperícia técnica”, parecendo muitas vezes duros e insensíveis aos olhos dos atingidos.

Contudo, as ações imediatas minimizaram a situação pós-desastre, o acompanhamento próximo das assistentes sociais do município proporcionou um acolhimento destas famílias desde a saída do local sinistrado até o alojamento provisório no ginásio de esportes. Esta interação dos órgãos públicos deram fluidez no atendimento humanizado às famílias. O colapso do solo aconteceu por volta das 8 horas de sábado, do dia 04 de janeiro, e às 14 horas praticamente todas as famílias do local já estavam sendo alojadas e sendo realizado o cadastrado para o recebimento do aluguel social. A situação de alojamento provisório durou uma semana, sendo as famílias atendidas diariamente pelas secretarias de Assistência Social, de Saúde, de Educação e a coordenação da Defesa Civil Municipal.

Esse processo de interação entre os órgãos públicos do Estado e do Município foi primordial para minimizar a situação de perdas destas famílias. Podemos destacar as medidas tomadas em conjunto, separadas em três momentos para facilitar o acompanhamento dos trabalhos, que vai desde a chegada dos técnicos no local do colapso do solo, até o momento da finalização da pesquisa:

- **Primeiro momento:**
 - Avaliação e Interdição da área colapsada;
 - Assistência à Prefeitura de Abaetetuba para decretar a Situação de Emergência;
 - Assistência no cadastramento das famílias e distribuição de doações.
 - Assistência às famílias da área;
 - Deslocamento das famílias atingidas para o ginásio de esportes;
 - Distribuição de cestas básicas

- **Segundo momento:**
 - Acompanhamento das ações da COMDEC
 - Intermediação entre Prefeitura e Ministério da Integração;
 - Intermediação entre COMDEC – COHAB – Famílias;
 - Cadastramento das famílias afetadas diretamente;
 - Distribuição do Aluguel Social;
 - Cadastramento das famílias nos programas habitacionais na COHAB, (Minha Casa, Minha Vida);
 - Distribuição de Cheque Moradia;
 - Avaliação e posterior indenização dos imóveis interditados.

- **Terceiro momento:**
 - Assistência à Prefeitura de Abaetetuba para aperfeiçoamento das ações no município;
 - Acompanhamento das famílias pela Secretaria de Assistência Social;
 - Criação de um plano de contingência para prevenção de desastres naturais, onde se incluem os planos de resposta operativa.
 - Criação e composição de Núcleos Municipais de Defesa Civil e preparação de medidas não estruturais para análise das vulnerabilidades e mapeamento das áreas de risco, além do caráter educativo e a educação ambiental.

Portanto, analisando o processo de interação da defesa civil com as famílias atingidas pela subsidiência do solo em Abaetetuba, podemos considerar como positivo esse processo. Pois, trinta e três famílias receberam indenização de suas moradias, sendo cadastrados nos programas sociais para aquisição de casas em conjuntos residenciais. Das dezoito famílias que não aceitaram as indenizações, quinze renegociaram os valores com a Prefeitura, além de serem cadastrados nos programas habitacionais. O recebimento do aluguel social deu-se até o mês de janeiro de 2015, auxiliando as famílias que ainda necessitavam de tal ajuda financeira.

Em todos esses problemas, a defesa civil municipal realizou o processo de mediação de conflitos. Muito além de suas funções institucionais. Isso aconteceu em conjunto com a Secretaria Municipal de Assistência Social, com o repasse dos dados cadastrais das famílias.

A proximidade da defesa civil municipal junto às famílias atingidas pelo desastre hidrológico foi fundamental para amenização dos danos diretos. Pois o trabalho de acolhimento das famílias para um local seguro, a distribuição de alimentos, roupas e posteriormente a ajuda financeira com o aluguel social minimizou os efeitos nocivos. Contudo, só um estudo aprofundado sobre os efeitos psicológicos é que poderia dizer assertivamente sobre os efeitos deste desastre, sobre os traumas deixados em cada família atingida. Contudo, pelas conversas nas entrevistas é notado de forma positiva de como ocorreu esse processo de interação.

A Coordenadoria Estadual de Defesa Civil auxiliou a Defesa Civil Municipal apoiando e subsidiando com informações necessárias para as tomadas de decisão, desde a decretação da situação de emergência até a melhor aplicação dos recursos adquiridos. Os estudos realizados no local do ocorrido, a demarcação segura da área assim como a distribuição de doações deram suporte para a COMDEC iniciar seus trabalhos de forma independente. Como almeja a Política Nacional de defesa Civil em que as defesas civis municipais ajam sozinhas, sejam autossustentáveis e que possam sanar os danos materiais, ambientais e os prejuízos sociais e econômicos.

A defesa civil agiu não apenas como agente minimizador dos efeitos danosos do desastre, sobre os efeitos materiais, com distribuição de cestas básicas, indenizações, aluguel de moradia, mas como mediador dos conflitos que surgiram durante todo o processo.

Certamente, o dia 04 de janeiro de 2014 ficará marcado na memória destas famílias que viram suas vidas destruídas. Junto com seus pertences foram destruídas sua vida social e comunitária (BOURDIEU, 1989; VALENCIO et al, 2009), mas receberam a chance do recomeço. As Assistentes Sociais do município foram de suma importância para todos os atores envolvidos, tanto comunidade como técnicos das defesas civis.

“hoje tenho uma nova casa, graças a Deus que com a ajuda da prefeita que nos ajudou, e a gente tá morando já embaixo dela... ela é alvenaria, só precisa de uma reforma, mas tá saindo o cheque moradia e a gente vai pegar esse material pra reformar” (Entrevistado 4, foi indenizado).

“... elas aí [as técnicas da COMDEC], nem se fala, desde o começo, desde o início elas sempre ajudaram a gente, foi a coisa muito bom pra gente, que as vezes a gente fica pensando, assim, se num tivesse uma pessoa assim pra ajudar, como é que a gente ia ficar, né?! Porque o pouquinho que a gente tinha foi acabado ali na nossa casa porque que era onde a gente tava jogando todo o dinheirinho que a gente pegava e recebia da pesca...” (Entrevistada 8, não aceitou a indenização).

Como dito antes, a Região é propícia a estes desastres naturais (hidrológicos), por causa das muitas localidades às margens de rios, e da ação das marés, do estado dos terrenos e da falta de urbanização adequada.

O papel da Defesa Civil como representante do Estado é minimizar os efeitos dos desastres naturais, por meio da prevenção, da mobilização das comunidades em áreas de risco. Quanto mais preparado as comunidades estiverem, menores serão os danos. Quanto mais articulados forem os agentes públicos, mais rápido será a reconstrução destas comunidades.

O trabalho preventivo com seus moradores podem minimizar esses riscos e prepará-los para lidar com a situação de desastre. A vulnerabilidade pode ser calculada, o risco pode ser calculado e os danos minimizados. A integração da defesa civil no município de Abaetetuba acentuou a ajuda às famílias atingidas pela subsidência do solo. As famílias desabrigadas logo foram encaminhadas para o alojamento provisório, em pouco mais de uma semana já estavam recebendo o aluguel social e morando em locais seguros.

O auxílio ao poder executivo na decretação da situação de emergência ajudou na captação de recursos para indenização das casas destruídas e interditadas.

A capacitação dos técnicos que trabalham na defesa civil municipal, por meio de cursos, palestras e oficinas, municiará a COMDEC com informações necessárias para coordenar as ações de defesa civil, e criar os núcleos de defesa civil nas comunidades. Além de qualificá-las para o pronto atendimento, se necessário.

Abaetetuba não vai esquecer o que aconteceu na manhã do dia 04 de janeiro de 2014, porém, tampouco vai evitar que outra situação desta aconteça. Se não houver a conscientização das pessoas sobre as atitudes que geram o risco, elas continuarão a ter as mesmas práticas que levaram ao desmoronamento das casas no bairro São João.

A defesa civil tem o grande desafio de criar na comunidade abaaetetubense, quiçá paraense, a consciência da preservação, com cuidados e atitudes resilientes. Os desastres naturais podem ser minimizados e as comunidades podem ser preparadas para superá-los. Contudo, deve-se haver uma interação ativa entre os atores envolvidos, Poder Público (Estado, Municípios), entidades sociais (ONGs, Associação de bairros, etc) e comunidades, incorporando no seu dia-a-dia o significado da defesa civil (cooperação, união, serenidade, calor humano e a solidariedade). Em caso de desastres naturais todos nós temos um papel ativo, seja no trabalho de reconstrução, seja com as doações às famílias que necessite, seja com o trabalho voluntário. Todos nós temos que fazer parte deste Sistema de Proteção.

REFERÊNCIAS¹⁹

ABRAMOVAY, Miriam; PINHEIRO, Leonardo Castro. *Violência e vulnerabilidade social*. In: FRAERMAN, Alicia (Ed.). *Inclusión Social y Desarrollo: Presente y futuro de La Comunidad IberoAmericana*. Madri: Comunica. 2003.

AGUIAR, Mariza Dreyer de. *O direito à moradia x aluguel social: o debate no conselho municipal de habitação de interesse social de Florianópolis*. (82p) Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Socioeconômico, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2014.

ALEXANDER, David. *Modelos de vulnerabilidade social a desastres*. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 93, 2011. Disponível em <<http://rccs.revues.org/113>>. Acesso em 5 jun. 2013

ALMEIDA, Marco Antônio Ramos de. *Atendimento inicial a emergências ambientais tecnológicas: análise e proposta*. 280 f. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais). Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da Polícia Militar do Estado de São Paulo. São Paulo: 2007.

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; SOUZA, Luís Antônio F. *Políticas de Segurança Pública em São Paulo: uma perspectiva histórica*. In: NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA, DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Projeto Construção das Políticas de Segurança Pública e o Sentido da Punição, São Paulo (1822-2000)*. São Paulo, 2004.

ARAGÃO, Alexandra. *Prevenção de riscos na União Europeia: o dever de tomar em consideração a vulnerabilidade social para uma protecção civil eficaz e justa*. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 93, 2011. Disponível em <<http://rccs.revues.org/174>>. Acesso em 5 jun. 2013

BASOLO, V. et. al. The effects of confidence in government and information on perceived and actual preparedness for disasters. *Environment and Behavior*. Thousand Oaks, CA. v. 41, n. 3, p. 338-364, maio 2009. Disponível em <<http://www.unisdr.org>> acesso em 3 jun. 2013.

BENSON, Charlotte. CLAY, Edward J. *Understanding the Economic and Financial Impacts of Natural Disasters*. Washington (DC): The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank. 2004.

BIRKMANN, Jörn. TEICHMAN, Korinna von. WELLE, Torsten. GONZÁLEZ, Mauricio e OLABARRIETA, Maitane. *O risco não percebido para as zonas costeiras da Europa: Os tsunamis e a vulnerabilidade de Cádiz, Espanha*. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], n. 93, 2011 Disponível em <<http://rccs.revues.org/1368>>. Acess em 5 jun. 2013.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.

BRASIL. *Decreto Federal nº 97.274*, de 16 de dezembro de 1988. Organiza o Sistema Nacional de Defesa Civil como instituição estratégica para a redução de riscos de desastres. Disponível em <<http://legislacao.planalto.gov.br>>. Acessado em 05 junho 2013.

¹⁹ Referências Bibliográficas referente a Pesquisa

_____. Ministério da Integração Nacional. *Defesa Civil, você também faz parte*. Esplanada dos Ministérios. Brasília/DF, 2002.

_____. Ministério da Integração Nacional. *Manual de desastres mistos. Vol. III*. Esplanada dos Ministérios: Brasília (DF), 2002

_____. Ministério da Integração Nacional. *Manual de desastres naturais. Vol. I*. Esplanada dos Ministérios: Brasília (DF), 2003

_____. Ministério da Integração Nacional. *Manual de desastres humanos. Vol. II*. Esplanada dos Ministérios: Brasília (DF), 2003b

_____. Ministério da Integração Nacional. *Aspectos jurídicos das atividades de defesa civil*. Esplanada dos Ministérios: Brasília(DF), 2007

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. *Glossário de defesa civil estudos de riscos e medicina de desastres*. Esplanada dos Ministérios: Brasília(DF), 2008.

_____. *Decreto Federal nº 7.257*, de 04 de agosto de 2010. Regulamenta o Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC, sobre o reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e dá outras providências. Disponível em <<http://legislacao.planalto.gov.br>>. Acesso em 5 jun. 2013.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Gestão de Riscos e Resposta a Desastres*. In: Plano Plurianual 2012-2015: Brasília, DF, 2011.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. *Campanha Nacional “Cidades Mais Seguras” – Biênio 2010-2011*. Esplanada dos Ministérios: Brasília(DF), 2011.

_____. *Lei Federal nº 12.608*, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1o de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Disponível em <<http://legislacao.planalto.gov.br>>. Acesso em 5 jun. 2013.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. *Anuário brasileiro de desastres naturais: 2013*. Brasília: CENAD, 2014.

BRÜGGEMAN, Fábio. *Percepção de risco: a descoberta de um novo olhar*. Livro do Professor. Florianópolis: Defesa Civil de Santa Catarina, 2009.

CARMO, Roberto do. VALENCIO, Norma (Org.). *Segurança humana no contexto dos desastres*. São Carlos: RiMa Editora, 2014.

CASTRO, Antônio Pinheiro de. *Sociologia Geral*. São Paulo: Atlas, 2000.

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. *Manual de desastres: desastres naturais*. Brasília (DF): Ministério da Integração Nacional, 2003.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. *Projeto Fortalecimento de Capacidades para o Desenvolvimento Humano Local*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília, DF, 2013. Disponível em <<http://www.cnm.org.br>> acesso em 12 nov. 2013.

COSTA, Jamer Andrade da. *Desenvolvimento de um sistema de alerta de enchente aplicado aos planos de defesa civil em áreas de risco no estado do Pará, utilizando Sistema de Informações Geográficas (SIG)*, caso: cidade de Marabá. Dissertação (Mestrado), p. 194. Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, Belém, 2012.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS. Serviço Geológico do Brasil. *Ação emergencial para reconhecimento de áreas de alto e muito risco a movimentos de massas e enchentes*. Abaetetuba, 2014.

CUTTER, Susan L. *A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores*. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], n. 93 ano 2011. Disponível em <<http://rccs.revues.org/165>>. Acesso em 13 jun. 2013.

DUARTE, Luiz Ricardo. *Os CONSEGs e a redução de riscos*. 2. Ed. 154 p. Florianópolis: CEPED/UFSC, 2010.

DOS SANTOS, Pedro Pinto. AVEN, Terje; RENN, Ortwin. *Risk Management and Governance. Concepts, Guidelines and Applications*. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], n. 93 ano 2011. Disponível em <<http://rccs.revues.org/1395>>. Acesso em 13 jun. 2013.

ESPÓSITO, Eduardo. *A preservação da ordem pública nas ocorrências de grandes desastres*. 182 f. Doutorado (Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública). Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da Polícia Militar do Estado de São Paulo. São Paulo, 2008.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUIVANT, Júlia S. *A trajetória das análises de risco: da Periferia ao centro da Teoria Social*. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica-Anpocs. Rio de Janeiro, nº 46, p.3-37, 2 sem. 1998. Disponível em <<http://www.anpocs.org>>. Acesso em 1 fev. 2014.

HOLANDA, Anna Carolina Gomes. *A nova política de habitação de interesse social no Pará (2007-2010); Avanços e limites*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará,

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Atlas do Censo Demográfico 2010*. Brasil, 2013. Disponível em <<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>>. Acesso em 11 nov. 2013.

KAPUCU, N. *Public administrators and cross-sector governance in response to and recovery from disasters*. Administrations and Society, Thousand Oaks, CA. v. 41, n. 7, p. 910-914, 2009. Disponível em <<http://www.unisdr.org>>. Acesso em 3 jun. 2013.

LEAL, S. V.; SOUZA, E. B. *Desastres Naturais sobre a Amazônia e Nordeste Brasileiro associados às enchentes e inundações: o caso de 2009*. In: ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE METEOROLOGIA, 4. Pelotas. Anais... Pelotas, RS: UFPEL, 2011. Disponível em <http://ufpel.edu.br/meteoro/files/2011/05/shirlen_viana_leal_1.pdf> Acesso em 4 jun. 2013.

LEITE, Lucas. *O trabalho informal no Brasil*. Reportagem veiculada no portal jornalístico Repórter Unesp. Fev. 2014. Disponível em: <<http://www2.faac.unesp.br/pesquisa/lecotec/projetos/wordpress/?p=311>>. Acesso em: 03 mar. 2015

LE MOS, Marcelo Rodrigues. *Estratificação social na teoria de Max Weber: considerações em torno do tema*. Disponível em <<http://www.cefetsp.br>>. Acesso em 1 jun. 2013.

LINDELL, Michael K. PERRY, Ronald W. *Communicating Environmental Risk in Multiethnic Communities*. Sarge Publications, Inc. Thousand Oaks, California, 2004. Disponível em <<http://books.google.com.br>>. Acesso em 20 jul. 2013

LUCENA, Rejane. *Manual de formação de NUDEC's* (Ed. Eletrônica). Ministério da Integração Nacional. Esplanada dos Ministérios. Brasília, DF, 2005.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Metodologia científica*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MARTINS, Gilberto de Andrade. *Estudo de Caso: uma estratégia de pesquisa*. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MENDES, José Manuel. TAVARES, Alexandre Oliveira. *Risco, vulnerabilidade social e cidadania*. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 93 ano 2011. Disponível em <<http://rccs.revues.org/173>>. Acesso em 13 jun. 2013.

OLIVEIRA, Marcos de. *Livro Texto do Projeto Gerenciamento de Desastres*. Sistema de Comando de Operações. Florianópolis: Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil. UFSC/CEPED, 2009.

PARÁ. *Portal do Governo do Pará*. 2013. Disponível em: <<http://www.pa.gov.br>>. Acesso em: 4 jun. 2014a.

_____. Coordenadoria Estadual de Defesa Civil. Corpo de Bombeiros Militar do Pará. Belém, 2014b. Disponível em: <<http://bombeiros.pa.gov.br/defesacivil>>. Acesso em: 14 jan. 2014b.

_____. Corpo de Bombeiros Militar do Pará. *Entrevista com o Coordenador de Operações na Ocorrência em Abaetetuba*. Belém, 2014c.

PEREIRA, Aparecida Veloso. BARBOSA, Fernando Cordeiro. *Aspectos jurídicos de moradias em áreas de risco em decorrência de desastres*. Revista Direito, Estado e Sociedade, n. 41. P. 30 a 51. Jul/dez 2012. Disponível em <<http://http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/2artigo41.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2014

PERRY, Ronald W. *Disasters, Definitions and theory construction*. In: PERRY, R. W.; QUARANTELLI, E. L. (ed.) *What is a disasters? New answers to old question*. Bloomington, IN, Xlibris Corporation, 2005. P. 311-324

PERRY, R. W.; QUARANTELLI, E. L. (Ed.) *What is a disasters? New answers to old question*. Bloomington, IN, Xlibris Corporation, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA, *Porta da Prefeitura Municipal de Abaetetba*. 2014a. Disponível em <<http://www.abaetetuba.pa.gov.br/>>. Acesso em 14 jan. 2014.

_____. *Decreto Municipal nº 206/2014*, de 06 de janeiro de 2014, Declara Situação de Emergência no município de Abaetetuba, por ocorrência de desastre no bairro São João, Rua Siqueira Mendes, Travessa São Sebastião e Travessa Santo Antônio e dá outras providências. Abaetetuba, 2014b.

QUARANTELLI, E. L.; DYNES, Russell R . *Response to Social Crisis and Disaster*. Disaster Research Center, Department of Sociology, Ohio State University, Columbus, Ohio. 1977. Disponível em <<http://www2.comm.niu.edu/faculty/rholt/eocg/LLRreadUnit2AQuarantelliDynes.pdf>> Acesso em 1 jun. 2013.

QUARANTELLI, E. L. *Epilogue: Where we have been and where we might go*. In: QUARANTELLI, E. L.(ed.) *What is a disaster? Perspectives on the question*. Nova York, Routledge, 1998. p. 234-273.

REIS, Elisa P. *Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18. P. 11-14, 2003.

SAITO Silvia Midori. *Desastres naturais: conceitos básicos*. I Escuela de primavera sobre soluciones espaciales para el manejo de desastres naturales y respuestas de emergências - inundaciones. Ministério da Ciência e Tecnologia, 2008 (Palestra).

SANTOS, Rozely Ferreira dos (Org). *Vulnerabilidade Ambiental*. Desastres naturais ou fenômenos induzidos? Brasília (DF): Ministério do Meio Ambiente, 2007.

TAVARES, Alexandre Oliveira. MENDES, José Manuel. BASTO, Eduardo. *Percepção dos riscos naturais e tecnológicos, confiança institucional e preparação para situações de emergência: O caso de Portugal continental*. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 93 ano 2011. Disponível em <<http://rccs.revues.org/1380>>. Acesso em 5 jun. 2013.

TOMINAGA, Lída Keiko; SANTORO, Jair; AMARAL, Rosângela. (Org): *Desastres naturais: conhecer para prevenir*. 1. Ed. São Paulo: Instituto Geológico, 2009.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. *Bureau for Crisis Prevention and Recovery*. A Global Report: Reducing Disaster risk: a challenge for development. New York, 2004. Disponível em < www.undp.org/bcpr> Acesso em 2 dez. 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED). *Comunicação de riscos e de desastres*. Curso a distância. Florianópolis, 2010.

_____. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED). *Atlas brasileiro de desastres naturais 1991 a 2010: volume Pará: 2011*. Florianópolis: CEPED/UFSC, 2011b.

_____. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED). *Planejamento Nacional para Gestão de Riscos – PNGR: Metodologia para mapeamento de áreas de risco*. Florianópolis, 2011. Disponível em <<http://www.ceped.ufsc.br>> Acesso em 1 jun. 2013a.

_____. *Mobilização comunitária e comunicação de risco para a redução de riscos de desastres*. Florianópolis, 2012. Disponível em <<http://www.ceped.ufsc.br>> Acesso em 1 jun. 2013b.

YIN, R.K. *Estudo de caso*. Planejamento e métodos. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

VALENCIO, Norma; MARCHEZINI, Victor. Resenha: LINDELL, Michael K. and PERRY, Ronald W. *Communicating environmental risk in multiethnic communities*. California: Sage Publications Inc: 246 p. UFScar. São Carlos, 2004.

VALENCIO, Norma; MARCHEZINI, Victor; SIENA, Mariana; CRISTOFANI, Guilherme. *Chuvas no Brasil: representações e práticas sociais*. Revista Política e Sociedade, Florianópolis, v. 4, n. 7, p. 163-183, 2005. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/1971/1721>>. Acesso em 12 nov. 2013.

VALENCIO, Norma; MARCHEZINI, Victor; SIENA, Mariana. *Desastre e indiferença social: o Estado frente aos desabrigados*. Revista contemporânea de Antropologia e Ciência Política. Niterói, Rio de Janeiro, v.23, p. 223-254, 2007.

VALENCIO, Norma. SIENA, Marian. MARCHEZINI, Victor. GONÇALVES, Juliano Costa. (Orgs.) (versão eletrônica:pdf) *Sociologia dos Desastres: Construção, Interfaces e Perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMas, 2009.

VALENCIO, Norma. *Desastres, Ordem Social e Planejamento em Defesa Civil: o contexto brasileiro*. Saúde e Sociedade. v. 19 p. 748-762, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>> Acesso em 1 jun. 2013

VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor. *Abandonados nos desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais*

desabrigados e desalojados. Brasília (DF): Conselho Federal de Psicologia, 2011. Disponível em <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/12/abandonadosedesastreISBN.pdf>> Acesso em 1 jun. 2013

WILLIS, Karen; NATALIER, Kristin; VOGT, Mhairi. *Understanding risk, choice and amenity in an urban area at risk of flooding*. Housing Studies. Revista electronica, v. 26. Issue 2011. < <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/02673037.2011.549215>> Acesso em 13 dez. 2013

ZALUAR, Alba. *Teoria da eficácia coletiva e violência: o paradoxo do subúrbio carioca*. Novos Estudos. p. 175-196. CEBRAP: 2009. Disponível em <<http://link.periodicos.capes.gov.br>> Acesso em 1 jun. 2013

ANEXOS

ANEXO A

RESOLUÇÃO Nº 004/2014- PPGSP de 22 de Abril de 2014

MODELO DA DISSERTAÇÃO PARA SER APRESENTADO AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA, COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM SEGURANÇA PÚBLICA.

MODELO DA DISSERTAÇÃO

Este texto visa apresentar o modelo da Dissertação do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, tendo como objetivo atender as necessidades do Curso de Mestrado em Segurança Pública, Modalidade Profissional do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, no que se refere à normalização das dissertações. Trata-se, portanto, de um documento que se propõe a subsidiar alunos, orientadores e membros de Bancas Avaliadoras, na busca de uma unidade dos trabalhos a serem desenvolvidos e apresentados.

COMPOSIÇÃO E ESTRUTURAÇÃO GRÁFICA

1. DA COMPOSIÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A Dissertação do Curso de Mestrado em Segurança Pública, em sua composição, é dividida em três partes: parte pré-textual ou parte preliminar, parte textual ou corpo do trabalho e parte pós-textual.

A parte pré-textual ou parte preliminar é composta de:

- Capa;
- Folha de rosto (anverso) contendo no verso a Ficha Catalográfica;
- Folha de aprovação;
- Dedicatória (opcional);
- Agradecimentos (opcional);
- Epígrafe (opcional);
- Resumo na língua Portuguesa;
- Resumo na língua estrangeira (Inglês) – Abstract;
- Lista de ilustrações (desenhos, esquemas, fluxogramas, fotografias, gráficos, mapas, organogramas, plantas e outros), se houver;
- Lista de tabelas, se houver;
- Lista de abreviaturas e siglas, se houver;
- Lista de símbolos, se houver; e
- Sumário.

A parte textual ou corpo do trabalho é constituído por três capítulos, sendo que:

No **Capítulo 1**, denominado de Considerações Gerais, aborda-se a introdução, justificativa, objetivos e revisão de literatura/ estado da arte;

O **Capítulo 2** deve conter no mínimo um Artigo Científico, com:

- Título do artigo
- Resumo
- Abstract
- Introdução
- Revisão de Literatura (opcional)
- Material e Métodos
- Resultados e Discussão
- Conclusões
- Referências Bibliográficas (obrigatório)

OBSERVAÇÃO: respeitando as normas de apresentação de artigos na revista a qual submeterá, as quais devem constar do Anexo da dissertação.

Já o **Capítulo 3** deve conter as Conclusões do trabalho de pesquisa.

A parte pós-textual é constituída de:

- Bibliografia do Capítulo 1
- Apêndices
- Anexos

2.1 DA PARTE PRÉ-TEXTUAL OU PARTE PRELIMINAR

Capa: considerada a proteção externa do trabalho deve ser digita com letras maiúsculas em negrito e centralizado, na fonte Times New Roman e deve conter:

- nome da instituição à qual a Dissertação está sendo apresentada;
- nome do Curso;
- título e subtítulo (se houver);
- nome do autor;
- local (cidade e sigla do Estado);
- ano da aprovação da Dissertação.

Sendo que na margem superior, deve-se escrever (tamanho da letra: 11): nome da instituição com a logomarca da UFPA logo abaixo, em espaço 1,5 cm o nome do curso. No centro da capa escreve-se, com letras maiúsculas: título e subtítulo (tamanho da letra: 14); o subtítulo, quando houver, é separado do título por dois pontos (:); logo abaixo, o nome do autor (tamanho da letra: 12). E finalmente, na margem inferior (tamanho da letra: 12), coloca-se: local (cidade e sigla do Estado) da instituição e logo abaixo, o ano de aprovação da Dissertação. Por exemplo,



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

SEGURANÇA PÚBLICA:
ESTIMATIVA DOS HOMICÍDIOS EM BELÉM

MARIA JOAQUINA DA SILVA LEAL

Belém-PA
2015

Folha de rosto (anverso) e Ficha Catalográfica (verso da folha de rosto)

Na folha de rosto, também chamada de página de rosto, deve conter à identificação da Dissertação, nesta ordem: nome completo do autor (em maiúsculo) centrado na margem superior (fonte: Times New Roman; tamanho da letra: 12); título e subtítulo (se houver) da Dissertação centrados na página com letras maiúsculas (fonte: Times New Roman; tamanho da letra: 14); o subtítulo, quando houver, é separado do título por dois pontos (:); texto recuado a direita explicando o tipo e finalidade do trabalho (ver exemplo). Em seguida na margem esquerda deve vir a indicação da área de concentração e linha de pesquisa e, logo em seguida, o nome do orientador e do coorientador (se houver) com suas respectivas titulações com letras maiúsculas apenas nas iniciais das principais palavras; local (cidade e sigla do Estado) e ano da aprovação da Dissertação, centralizados na margem inferior.

MARIA JOAQUINA DA SILVA LEAL

**SEGURANÇA PÚBLICA:
ESTIMATIVA DOS HOMICÍDIOS EM BELÉM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública – PPGSP, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Segurança Pública

Área de Concentração: Segurança Pública

Linha de Pesquisa: Conflitos, criminalidade e Tecnologia da Informação

Orientadora: Profa. Silvia dos Santos de Almeida, *Dra.*

Coorientadora: Profa. Adrilayne dos Reis Araújo, *M.Sc.*

Belém-PA

2015

Já no verso da folha de rosto deve ser colocada a Ficha Catalográfica contida num retângulo de aproximadamente 12,5 x 7,5 cm, impressa abaixo da metade inferior da página trazendo as informações fundamentais da Dissertação. É importante que para elaboração da Ficha Catalográfica deva ser orientada por um(a) Bibliotecário(a).

Folha de aprovação

A folha de aprovação deve conter:

- título e subtítulo (quando houver) da Dissertação;
- nome completo do autor;
- tipo e finalidade, nome do curso e área de concentração da Dissertação;
- local (Cidade e sigla do Estado);
- data de aprovação (dia, mês e ano) colocada após a aprovação da Dissertação;
- nomes completos dos membros da Banca Examinadora, bem como a titulação dos mesmos e nome da Instituição de Ensino Superior a qual estão respectivamente vinculados; espaços destinados para as assinaturas dos membros da Banca Examinadora, após a aprovação.

A seguir um exemplo de folha de aprovação é apresentado.

**SEGURANÇA PÚBLICA:
ESTIMATIVA DOS HOMICÍDIOS EM BELÉM**

MARIA JOAQUINA DA SILVA LEAL

Esta Dissertação foi julgada e aprovada, para a obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, no Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, da Universidade Federal do Pará.

Prof. Edson Marcos Leal Soares Ramos, Dr.
(Coordenador do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública)

Banca Examinadora

Profa. Dra. Silvia dos Santos de Almeida
Universidade Federal do Pará
Orientadora

Profa. M.Sc. Adrilayne dos Reis Araújo
Universidade Federal do Pará
Coorientadora

Prof. Ph.D. Robert Wayne Samohyl
Universidade Federal de Santa Catarina
Avaliador Externo

Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos
Universidade Federal do Pará
Avaliador Interno

Prof. Dr. Wilson José Barp
Universidade Federal do Pará
Avaliador Interno

Dedicatória

É a folha na qual o autor homenageia ou dedica sua Dissertação a alguém.

Agradecimentos

É a folha na qual autor agradece, sucintamente, as pessoas e instituições que, de alguma forma, colaboraram para a realização da Dissertação.

Epígrafe

É a folha na qual o autor cita um pensamento, seguido da indicação da autoria, relacionado à intenção ou ao assunto trabalho. Podem ocorrer epígrafes no início de cada capítulo ou no início das partes principais da Dissertação.

Resumo

No resumo da Dissertação devem estar especificados os pontos principais do trabalho: (objetivo, marco teórico, procedimentos metodológicos e conclusões), sem entretanto antecipar o epílogo da questão. É redigido em um único parágrafo, sem recuo, isto é, junto à margem esquerda (espaço 1,5 cm; fonte: Times New Roman; tamanho da letra: 12), oscilando em média entre 150 a 500 palavras.

No início do resumo, em um parágrafo à parte, especificar a referência bibliográfica completa da Dissertação e, logo abaixo em outro parágrafo à parte as palavras-chave do estudo separadas entre si. O parágrafo também é finalizado por ponto (.).

Listas

As listas constituem as relações dos elementos ilustrativos ou explicativos inseridos no corpo da Dissertação. As listas só são especificadas quando tais elementos são em número suficiente para justificar sua organização, de preferência a partir de, no mínimo, quatro elementos.

Dependendo do estudo podem ser incluídas as seguintes listas:

- Listas de ilustrações: relação seqüencial do título de cada uma das ilustrações (desenhos, gravuras, fluxogramas, fotografias, gráficos, mapas, organogramas, plantas ...), de acordo com a ordem em que aparece no corpo do trabalho acompanhado do respectivo número da página. Se necessário, deve ser elaborado lista própria para cada tipo de ilustração;
- Lista de tabelas: relação seqüencial do título das tabelas com a indicação das respectivas páginas e na mesma ordem onde estão localizadas no corpo da Dissertação;

- Listas de abreviaturas e siglas: relação alfabética das abreviaturas (representação de determinada palavra por meio de sílabas ou letras) e das siglas (representação de um título por meio da reunião das letras iniciais de suas palavras) seguida das palavras correspondentes grafadas por extenso;
- Lista de símbolos: relação seqüencial de cada um dos símbolos (sinal que substitui o nome de uma coisa ou ação), elaborado de acordo com a ordem em que aparece na Dissertação, com o devido significado.

A composição gráfica da página das listas deve obedecer as seguintes especificações:

- na margem superior da página, coloca-se centralizado o título com letras maiúsculas e em negrito (LISTA DE FIGURAS, LISTA DE QUADROS, TABELA ...); a dois espaços simples do título, abaixo, à esquerda, junto à margem, escreve-se o tipo do elemento que justifica a inclusão da lista (FIGURA, QUADRO, TABELA ...) seguido de seu número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos; abaixo da palavra que indica o tipo de elemento que compõe a lista (FIGURA, QUADRO, TABELA ...) coloca-se a legenda utilizada no corpo do trabalho e na mesma direção, o número da página do corpo do trabalho em que a respectiva legenda está inserida. Completa-se, sempre, com pontos, o intervalo entre o enunciado e o número da página. Um exemplo de lista é apresentado a seguir.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1

População de Campos dos Goytacazes, por anos de estudo formal24

GRÁFICO 2

População de Campos dos Goytacazes distribuída pelo tempo em hora (%) em que assiste à TV37

GRÁFICO 3

População de Campos dos Goytacazes que lê jornal (%)48

GRÁFICO 4

Frequência de leitura de jornal da população de Campos dos Goytacazes50

GRÁFICO 5

População de Campos dos Goytacazes ouvinte de rádio69

GRÁFICO 6

Ouvinte de rádio de Campos dos Goytacazes conforme ajuda recebida dos voluntários (%) 70

GRÁFICO 7

Tipos de instituições de Campos dos Goytacazes conforme ajuda recebida dos voluntários 76

A seguir é apresentado um exemplo de Sumário.

Sumário

O Sumário constitui a indicação do conteúdo da Dissertação, relacionando sequencialmente os títulos das principais seções, com indicação de suas respectivas páginas iniciais. Esta relação deve ser a reprodução exata dos títulos apresentados no estudo. Inicia-se a página com o título SUMÁRIO centralizado na margem superior da página. Com início na margem esquerda, aparecem os nomes das listas, quando utilizadas no trabalho, seguidas dos números das páginas em que se encontram no corpo da Dissertação. Os demais elementos pré-textuais não são indicados no Sumário. Depois das listas, especificam-se os títulos das principais seções da Dissertação (se numerados, utilizar algarismos arábicos, conforme ABNT NBR 6024:2003). Indicam-se, apenas, os números das páginas que iniciam as seções. As referências e, quando houver, o glossário, os apêndices e/ou anexos são indicados posteriormente. A distância entre os títulos e os números das páginas é preenchida por pontos.

A parte pré-textual deve ser numerada em algarismos romanos minúsculos, sem exibir numeração na primeira página (capa). A numeração deve ser colocada no canto superior direito.

2.1 DA PARTE TEXTUAL OU CORPO DO TRABALHO

1. Introdução

O título “1.INTRODUÇÃO”, em letras maiúsculas e em negrito, é justificado, sem pontuação final, a 90 mm do topo da página; sua forma e colocação têm que estar em harmonia com os títulos dos capítulos seguintes. O texto da introdução começa a 120 mm do topo da página, e nele pode-se incluir citações bibliográficas (autor-data) quando for o caso. Deve oferecer a idéia geral dos objetivos, da justificativa e da relevância socioambiental regional do estudo desenvolvido, bem como as principais conclusões do trabalho e produtos dele originados, descrevendo os principais conteúdos abordados no Artigo.

2. Artigo Científico

O título “2. ARTIGO CIENTÍFICO”, em letras maiúsculas e em negrito, é centralizado, sem pontuação final, a 90 mm do topo da página. Podem-se ter três casos: artigos já publicados,

artigos aceitos para publicação e artigos a serem submetidos à publicação. Nos dois primeiros casos (os artigos foram desenvolvidos no período do curso), devem-se seguir as normas da revista onde foram ou serão publicadas, inclusive as citações bibliográficas. Obrigatoriamente, no título de cada artigo deve existir chamada de rodapé explicitando que aquele trabalho fez ou fará parte da dissertação a ser apresentada. No terceiro caso, podem-se seguir as normas da revista na qual pretende publicar.

OBSERVAÇÃO: nos três casos o Artigo deve ter no mínimo qualis B2 na classificação CAPES.

• **Título do artigo (obrigatório)**

O título específico do primeiro trabalho, em letras maiúsculas, é centralizado, sem pontuações, abaixo de “3.TRABALHOS”, a 120 mm do topo da página (4 espaços simples, Times New Roman 12).

• **Resumo (obrigatório)**

O título “RESUMO”, em letras maiúsculas, é centralizado, sem pontuações, abaixo de “3.TRABALHOS”, a 120 mm do topo da página (4 espaços simples, Times New Roman 12).

• **Abstract (obrigatório)**

O título “ABSTRACT”, em letras maiúsculas, é centralizado. O texto do abstract começa a 3 espaços abaixo da palavra ABSTRACT (4 espaços simples, Times New Roman 12).

• **Introdução (obrigatório)**

O título “INTRODUÇÃO”, em letras maiúsculas e em negrito, é justificado, sem pontuação. O texto da introdução começa a 3 espaços abaixo da palavra **INTRODUÇÃO**. (4 espaços simples, Times New Roman 12).

• **Revisão de Literatura (opcional)**

O título “REVISÃO DE LITERATURA”, em letras maiúsculas e em negrito, é justificado, sem pontuação. O texto da revisão de literatura começa a 3 espaços abaixo das palavras **REVISÃO DE LITERATURA** (4 espaços simples, Times New Roman 12).

• **Material e Métodos (obrigatório)**

O título “MATERIAL E MÉTODOS”, em letras maiúsculas e em negrito, é justificado, sem pontuação. O texto do Material e Métodos começa a 3 espaços abaixo das palavras **MATERIAL E MÉTODOS** (4 espaços simples, Times New Roman 12).

• **Resultados e Discussão (obrigatório)**

O título “RESULTADOS E DISCUSSÃO”, em letras maiúsculas e em negrito, é justificado sem pontuação. O texto de Resultados e Discussão começa a 3 espaços abaixo das palavras **RESULTADOS E DISCUSSÃO**.

OBS.: Pode-se separar “RESULTADOS” de “DISCUSSÃO” em dois tópicos distintos (4 espaços simples, Times New Roman 12)

• **Conclusões (obrigatório)**

O título “CONCLUSÕES”, em letras maiúsculas, e em negrito, é justificado sem pontuação. O texto de Conclusões começa a 3 espaços abaixo da palavra **CONCLUSÕES** (4 espaços simples, Times New Roman 12).

• **Referências Bibliográficas (obrigatório)**

O título “REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS”, em letras maiúsculas, é centralizado, sem pontuação. O texto das Referências Bibliográficas” começa a 3 espaços abaixo das palavras **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**. As referências bibliográficas do artigo devem seguir as normas da revista onde foi ou será publicado.

Todos os subitens anteriormente descritos devem ser numerados e constar do sumário da Dissertação.

4. Conclusões (obrigatório)

(obrigatório, com título justificado e em negrito, em letras maiúsculas). O título “4. CONCLUSÕES”, em letra maiúscula, é justificado e em negrito, sem pontuação final, a 90mm do topo da página; o texto começa a 120 mm do topo da mesma. Pode incluir citações bibliográficas (autor-data) quando for o caso. Pode também existir subdivisões.

Deve oferecer um resumo e conclusões gerais dos artigos contidos na Dissertação.

A parte textual deve ser numerada em algarismos arábicos, seguindo a numeração da parte pré-textual. A numeração deve ser inserida no canto superior direito da página.

2.3 PARTE PÓS-TEXTUAL

Referencias bibliográficas do Capítulo 1: as referencias bibliográficas devem ser construídas de acordo com as normas da ABNT.

Apêndices (opcional, com título centralizado, em letras maiúsculas)

O apêndice é comumente usado para acrescentar material ilustrativo suplementar, dados originais e citações longas demais para inclusão no texto ou que não sejam essenciais para compreensão do assunto. Esta seção é separada do material precedente por uma folha de rosto trazendo o título “APÊNDICES” (ou, se há apenas um, “APÊNDICE”), em letras maiúsculas, centralizado e sem pontuação. A folha é contada, mas não é numerada.

Os apêndices são subdivididos em APÊNDICES A, APÊNDICES B, APÊNDICES C etc., dependendo dos tipos e das quantidades dos materiais usados, recebendo o tratamento de divisão de primeira ordem. Se houver somente um Apêndice, colocar Quadro 1A, Quadro 2A etc., Figura 1A , Figura 2A etc.; porém, chamá-lo de APÊNDICE e não de APÊNDICE A. Cada apêndice, com seu título, caso o tenha, é listado separadamente no SUMÁRIO. Quadros e figuras nos apêndices devem receber número e legenda e também constar da lista de quadros e da figuras.

Anexos (opcional, com título centralizado, em letras maiúsculas)

O anexo é comumente usado para acrescentar dados secundários ou documentos relevantes de autoria de terceiros, citados na Dissertação. Cada anexo, com seu título, caso o tenha, é listado separadamente no SUMÁRIO. Quadros e figuras nos anexos devem receber número e legenda e também constar da lista de quadros e das figuras.

APROVADO EM REUNIÃO DO COLEGIADO DO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

Belém, 22 de abril de 2014.

Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos
Coordenador do Programa de Pós-Graduação Profissional *Stricto Sensu* em
Segurança Pública
Portaria Nº 0824/2015 – Reitoria – 24/02/2015

Adaptado em: 15 de Março de 2015

ANEXO B

NORMAS PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS À REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS, DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL.

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.
ISSN eletrônico 2317-1529 e o ISSN impresso 1517-4115

DIRETRIZES PARA AUTORES

Normas para Publicação:

- 1) São publicados apenas textos inéditos e dentro do escopo da Revista.
- 2) Os textos não devem estar em avaliação em outros Periódicos.
- 3) Os artigos não devem conter quaisquer informações sobre os/as autores/as, nem mesmo nas referências bibliográficas, que devem evitar menções a trabalhos próprios.
- 4) Os dados dos/as autores/as devem ser encaminhados em arquivo separado.
- 5) Todos os artigos devem ser enviados por meio do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER).
- 6) São aceitos textos em português, espanhol e inglês.
- 7) Todos os artigos recebidos são submetidos à avaliação não identificada de dois pareceristas com domínio sobre o conteúdo específico do trabalho (avaliação cega e por pares).
- 8) Em caso de discordância entre os dois pareceristas o artigo será encaminhado a um/a terceiro/a avaliador/a, também reconhecido na área específica do trabalho, para que a decisão editorial seja tomada.
- 9) Após avaliação, os artigos podem ser ACEITOS, INDICADOS A UMA NOVA SUBMISSÃO ou REJEITADOS.

NORMAS DE FORMATAÇÃO

- 1) Os textos encaminhados à seção “Artigos” devem ter de 18 (dezoito) a 20 (vinte) páginas ou de 6.000 (seis mil) a 8.000 (oito mil) palavras, incluindo tabelas, gráficos, figuras e referências bibliográficas.
- 2) Os textos encaminhados à seção “Resenhas” devem ter, no máximo, 05 (cinco) páginas ou 2.500 (duas mil e quinhentas) palavras, incluindo referências bibliográficas quando necessário.
- 3) Os textos devem ser enviados em formato PDF (*Portable Document Format*) e com fonte Arial tamanho 11; espaçamento de 1,5 cm; e margens laterais, superior e inferior de 2,5 cm.
- 4) Além de inseridos no corpo do texto, as tabelas e gráficos devem ser enviados em *Excel* (.xml), em arquivo separado.
- 5) O título e os subtítulos devem ser numerados e ordenados da seguinte maneira:

Título: Arial, tamanho 14, normal, negrito;

Subtítulo 1: Arial, tamanho 12, normal, negrito;

Subtítulo 2: Arial, tamanho 11, itálico, negrito;

Subtítulo 3: Arial, tamanho 11, sublinhado.

6) Todas as figuras, além de inseridas no texto, devem ser enviadas separadamente em grayscale (escala de cinza), em formato EPS ou TIF, com resolução de 300 dpi. Figuras coloridas devem ser readequadas a esse padrão.

7) As notas de rodapé devem ser utilizadas apenas para informações complementares e de natureza substantiva, sem ultrapassar 3 linhas, em fonte Arial tamanho 9, espaçamento simples.

8) As referências bibliográficas devem seguir as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e colocadas no final do texto, em ordem alfabética, de acordo com os exemplos abaixo:

* Livro: SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

* Artigo de periódico: PIQUET, R. P. S.; RIBEIRO, A. C. T. Tempos, ideias e lugares: o ensino do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 10, n. 1, p. 49-59, mai. 2008.

* Capítulo de livro: LAFER, C. O Planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: LAFER, B. M. *Planejamento no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 29-50.

* Trabalho publicado em Anais: VAINER, C. B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9, 2001, Rio de Janeiro. *Anais do IX Encontro Nacional da Anpur*. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. p. 140-151.

* Se houver até três autores, todos devem ser citados; se mais de três, devem ser citados os coordenadores, organizadores ou editores da obra (por exemplo: LEME, M. C. (Coord.). *O urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999); ou utilizada a expressão “et al.” (por exemplo, LEME, M. C. et al. *O urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999).

9) As citações no decorrer do texto devem seguir a forma (Autor, data) ou (Autor, data, página), como nos exemplos: (LEME, 1999) e (SANTOS, 1996, p. 217). Se houver mais de um título do mesmo autor publicado no mesmo ano, eles devem ser diferenciados por uma letra após a data: (SANTOS, 1996a); (SANTOS, 1996b), etc.

10) Quando não houver informações sobre as referências, utilizar “s.n.”, “s.l.” e “s.d.” para, respectivamente, *sine nomine* (sem editora), *sine loco* (sem o local de edição) e *sine data* (sem referência de data).

ANEXO C

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO NO IV SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR EM SOCIOLOGIA E DIREITO, DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E DIREITO, DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (PPGSD/UFF).




**O IV SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR
EM
SOCIOLOGIA E DIREITO**

*Certifica a participação de Jean Carvalho Corrêa como autor do trabalho intitulado **A defesa civil e o atendimento no pós-desastre natural: O caso do colapso do solo às margens do Rio Maratuba no Município de Abaetetuba no Estado do Pará** apresentado no Grupo de trabalho GT 18 Instituições e Políticas de Administração de Conflitos, do IV Seminário Interdisciplinar em Sociologia e Direito, evento organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD/UFF), ocorrido em Niterói (RJ), nos dias 14 e 15 de outubro de 2014.*



Prof. Dr. Wilson Madeira Filho
Coordenador do PPGSD/UFF





APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DA ENTREVISTA FAMÍLIAS

1. Como aconteceu o colapso do solo?
2. Como foi para você e sua família ter que sair da residência que estava condenada pela defesa civil?
3. A família enfrentou dificuldades após deixar sua moradia?
4. O atendimento recebido pela Defesa Civil foi suficiente para atender a sua família no momento do desastre?
5. Como foi o primeiro contato da defesa civil com a sua família (atendimento)?
6. Como se deu a interação (processo de atendimento, auxílio, mediação, etc) dentre a defesa civil e o(a) senhor(a)?
7. Você tem expectativa de receber uma casa da prefeitura?
8. Você acredita que sua vida mudará quando estiverem morando em sua casa própria? Quais serão as mudanças?
9. Por quanto tempo sua família recebeu o aluguel social?
10. Qual a importância do Programa Aluguel Social para Sr(a) e sua família?
11. Você e sua família teve a necessidade de se mudar com frequência por receber o benefício do Aluguel Social?
12. O valor repassado pela Prefeitura foi suficiente para arcar com aluguel do imóvel que a família reside atualmente ou é preciso complementar?
13. A casa que você reside atualmente é segura ou oferece risco a sua família? Qual o risco ela oferece a sua família?
14. Você sabe diferenciar o papel desempenhado pela Defesa Civil Estadual e a Defesa Civil do município?
15. Gostaria de acrescentar algo que não foi dito

APÊNDICE B

ROTEIRO DA ENTREVISTA - CEDEC

1. Qual o efetivo da defesa civil?
2. Como você avalia o papel da defesa civil no Estado do Pará?
3. Quantos municípios possuem uma COMDEC?
4. O trabalho da CEDEC é suficiente para atender a demanda no Estado do Pará?
5. Quais as principais ocorrências/demandas da defesa civil no Estado?
6. A CEDEC possui um Plano de Trabalho e de atendimento atualizado frequentemente?
7. Como acontece a comunicação entre Defesa Civil x COMUNIDADE, não só nos casos de desastres, mas na prevenção destes?
8. Quando ocorre um desastre natural, a comunidade atingida fica abalada e muitos não sabem o que fazer. Em algumas cidades não tem a defesa civil municipal ou esta não está estruturada formalmente. Como se dá o processo de interação entre a defesa civil e a comunidade? (desde a chegada ao local e o acompanhamento das vítimas)
9. O Estado do Pará é muito grande, com características peculiares em cada cidade. A SEDEC incentiva a implementação de defesas civis nos municípios, e com isso a criação de Núcleos. Como a CEDEC vem trabalhando/planejando para fazer isso? É possível? Quais as principais dificuldades encontradas?

ESPECÍFICO ABAETETUBA

10. Qual o papel da Defesa Civil durante o atendimento às famílias no caso de Abaetetuba (colapso do solo)?
11. Qual o cenário encontrado pela CEDEC ao chegar no local?
12. Quais os procedimentos iniciais adotados pela CEDEC?
13. Houve um acompanhamento direto às famílias?
14. O que poderia melhorar no atendimento da Defesa Civil junto às comunidades?
15. Que dificuldades jurídicas ou técnicas podem prejudicar na relação CEDEC x Comunidade?
16. O atendimento oferecido pela Defesa Civil foi suficiente para atender as famílias no momento do desastre?
17. Como foi o primeiro contato da defesa civil com as famílias (atendimento)?
18. Como se deu a interação (processo de atendimento, auxílio, mediação, etc) dentre a defesa civil e os moradores atingidos pelo colapso do solo?
19. O que poderia melhorar no atendimento da defesa civil junto as comunidades?
20. Gostaria de acrescentar algo que não foi dito.

APÊNDICE C

ROTEIRO DA ENTREVISTA – COMDEC/ABAETETUBA

1. Como você avalia o papel da defesa civil no município de Abaetetuba?
2. Qual o efetivo da defesa civil?
4. O trabalho da COMDEC é suficiente para atender a demanda no município?
5. Quais as principais ocorrências/demandas da defesa civil em Abaetetuba?
6. A COMDEC possui um Plano de Trabalho e de atendimento atualizado frequentemente?
8. Quando ocorreu o colapso do solo em janeiro/2014, a comunidade atingida ficou abalada e muitos não sabiam o que fazer. Como se deu o processo de interação (atendimento) entre a defesa civil e a comunidade? (desde a chegada ao local e o acompanhamento das vítimas)
9. O município de Abaetetuba possui uma grande extensão às margens dos rios, e com muitas comunidades ribeirinhas e bairros às margens de rios. Como a COMDEC vem trabalhando/planejando para prevenir novos casos de desastre hidrológico, a exemplo do que aconteceu em 2014?

ESPECÍFICO COLAPSO DO SOLO NO BAIRRO SÃO JOÃO

10. Qual o papel da Defesa Civil durante o atendimento às famílias no caso Do bairro São João (colapso do solo)?
11. Qual o cenário encontrado pela COMDEC ao chegar no local?
12. Quais os procedimentos iniciais adotados pela COMDEC?
13. Houve um acompanhamento direto às famílias?
14. O que poderia melhorar no atendimento da Defesa Civil junto às comunidades?
15. Que dificuldades jurídicas ou técnicas podem prejudicar na relação COMDEC x COMUNIDADE?
16. O atendimento oferecido pela Defesa Civil foi suficiente para atender as família no momento do desastre?
17. Como foi o primeiro contato da defesa civil com as famílias (atendimento)?
18. Como se deu a interação (processo de atendimento, auxílio, mediação, etc) dentre a defesa civil e os moradores atingidos pelo colapso do solo?
19. O que poderia melhorar no atendimento da defesa civil junto as comunidades?
20. Gostaria de acrescentar algo que não foi dito.

APÊNDICE D

SUGESTÕES PARA A DEFESA CIVIL A PARTIR DO CASO DE ABAETETUBA

- A defesa civil em nosso estado segue as diretrizes da SEDEC, mas muito ainda deve ser feito. Os acontecimentos vem aumentando, a adaptação deve ser constante e a auto avaliação é primordial.
- No caso em estudo, ocorrido no município de Abaetetuba, no Pará, as ações tomadas pela Defesa Civil desde as primeiras horas, até o acompanhamento com das famílias, foram fundamentais para a minimização dos danos materiais.
- A relação de interseção entre defesa civil e comunidade deve ser estreitada. O auxílio da defesa civil municipal, que está mais próximo da comunidade, é o elo entre estes dois personagens. Mesmo podendo seguir independente, mas a interação estado e município quando ocorrendo de forma correta e sem entraves burocráticos minimizam os danos diretos e indiretos.
- Implementar a interação entre os órgãos do governo e a comunidade, especialmente por intermédio das COMDEC ou órgãos correspondentes e dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil - NUDEC, com a finalidade de garantir uma resposta integrada de toda a sociedade.
- Projetos de Proteção de Populações contra Riscos de Desastres Focais: objetivando o planejamento e a preparação dos órgãos do SINDEC, em interação com as comunidades locais, para atuarem eficientemente, em circunstâncias de desastres de natureza tecnológica, com características focais. Os seguintes aspectos devem ser considerados com prioridade: monitorização, alerta e alarme; definição da área de risco; cadastramento da população; realização de campanhas de esclarecimento público para a população-alvo; realização de exercícios simulados, para testar o planejamento; atualização permanente do planejamento.
- Outra sugestão é a criação em nossa região de um Centros Universitários de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED), afim de estimular estudos e pesquisas sobre desastres; implementar projetos de desenvolvimento científico e tecnológico do interesse da Defesa Civil. Seguindo os moldes que já temos nas Universidade Federal de Santa Catarina e São Carlos, e no Rio de Janeiro na UFRJ no centro de estudos sobre desastres naturais.